

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Um Bairro Para Todos:
Habitação Inclusiva e a Sustentabilidade Social

Inês Maria Bernardino dos Santos Bispo

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadoras:

Doutora Alexandra Cláudia Rebelo Paio, Prof. Auxiliar,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Sónia Cristina Nunes Alves, Investigadora Auxiliar,
Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa

Outubro, 2021



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Um Bairro Para Todos:
Habitação Inclusiva e a Sustentabilidade Social

Inês Maria Bernardino dos Santos Bispo

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadoras:

Doutora Alexandra Cláudia Rebelo Paio, Prof. Auxiliar,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Sónia Cristina Nunes Alves, Investigadora Auxiliar,
Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa

Outubro, 2021

UM BAIRRO PARA TODOS

Habitação inclusiva e a sustentabilidade social

Fernando Távora
in “Aula nº 7” na Casa das Artes,
Porto 19

“O homem é um animal social, tende a viver em sociedade [...] a cidade permite a associação entre os homens, permite-lhes uma vida em comum estável [...]. A vida em comum existe, porque existe qualquer coisa que associa as pessoas, que lhes permite comunicar e encontrar-se. O nosso processo de vida física implica outros processos de comunicação para lá da linguagem falada.”

Resumo	7
Abstract	8
Agradecimentos	9
Índice de figuras.....	10
Índice de abreviaturas	11
Introdução	
LabTUR Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção na Cidade	
Existente	13
Habitação Inclusiva e Evolutiva.....	14
Objetivos	15
Metodologia	16
Estrutura	18
01 Bairro	
01.1 Quadro Teórico e Concetual.....	21
01.11 Regeneração Urbana	22
01.12 Habitação Evolutiva.....	24
01.13 Direito à Habitação e a Sustentabilidade Social	26
02 Rua	
02.1 Ensaio Metodológico	31
02.2 Casos de Estudo	33
02.21 Atlanta BeltLine, Geórgia, EUA.....	33
02.22 Bairro da Malagueira, Évora, Portugal	37
03 Casa	
03.1 A cidade do Barreiro.....	41
03.2 A Cooperativa como resposta à habitação	56
03.3 Habitação Evolutiva como resposta ao problema da sustentabilidade	
social	57
Considerações Finais	63
Bibliografia	65
Anexos	69

RESUMO

A sustentabilidade e a regeneração urbana são conceitos chave nas políticas e práticas da administração pública a diversas escalas de governação – locais, nacionais e europeias.

Ao nível local a transformação de bairros degradados, através de projetos de regeneração urbana que garantam habitação qualificada e acessível às famílias de rendimentos médio e baixos, é considerada uma estratégia essencial para a prossecução da sustentabilidade urbana, nas suas várias dimensões ambientais, sociais, culturais e económicas.

Neste sentido, o objetivo do presente estudo é desenhar um sistema que responda ao problema habitacional articulado com a regeneração do espaço público, permitindo ver o Bairro das Palmeiras como um todo e integrado na cidade do Barreiro. O ensaio metodológico adotado compreendeu um processo participativo promotor de reuniões e debates, métodos de observação, revisão da literatura, recolha e interpretação de informação empírica.

O projeto arquitetónico representa a transformação do Bairro das Palmeiras, ao nível da habitação e do espaço público, assente em 3 princípios essenciais:

- Fusão de classes sociais
- Fusão de regimes de habitação
- Sistema conector do espaço público e privado

Os resultados procuram uma aproximação a implementação de visões alternativas de sociedade e de cidade que contribuam para a conceção de projetos de arquitetura de transformação urbana mais inclusivos.

PALAVRAS-CHAVE:

Cidades sustentáveis; mistura social; habitação de rendas acessíveis; arquitetura anónima; arquitetura evolutiva; vilas operárias; lógicas de utilização.

ABSTRACT

Sustainability and urban regeneration are key concepts in public administration policies and practices at different levels of governance – local, national, and European.

At the local level, the transformation of run-down neighborhoods, through urban regeneration projects that guarantee qualified and affordable housing for low- and middle-income families, is considered an essential strategy for the pursuit of urban sustainability, in its various environmental, social and cultural dimensions. and economic.

In this sense, the objective of this study is to design a system that responds to the housing problem articulated with the regeneration of public space, allowing to see the Bairro das Palmeiras as a whole and integrated in the city of Barreiro. The methodological essay adopted comprised a participatory process that promoted meetings and debates, observation methods, literature review, collection, and interpretation of empirical information.

The architectural project represents the transformation of Bairro das Palmeiras, in terms of housing and public space, based on 3 essential principles:

- Fusion of social classes
- Merger of housing schemes
- Connector system for public and private space

The results seek to approach the implementation of alternative visions of society and the city that contribute to the design of more inclusive urban transformation architecture projects.

KEYWORDS:

Sustainable cities; social mix; affordable housing; anonymous architecture; evolutionary architecture; workers' villages; usage logics.

Um muito obrigada pelo acompanhamento à professora Alexandra, ao Moisés e à minha coorientadora Sónia.

Aos meus pais, Paulo e Lurdes, que além de pais foram educadores, amigos, revisores e companheiros neste percurso. Sem vocês tudo teria sido diferente.

À Sara pelo seu tempo e pelo seu olhar crítico.

Ao João e à Susana por terem estado sempre lá nesta caminhada tão comprida, mas tão gratificante.

À Elisabete que em tão pouco tempo se tornou tão importante. Obrigada por todos os ensinamentos e todas as palavras.

Ao Luís pelo apoio incondicional e pela paciência.

À Avó Adélia, que estará sempre presente

ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura 0.1** – Ortofotomapa da cidade do Barreiro com destaque às zonas verdes da cidade em redor da linha de caminhos de ferro. Fonte: adaptado do Google Earth 2021;
- Figura 0.2** - Esquema modular da metodologia adotada para a realização do trabalho;
- Figura 0.3** - LabTUR Palestras e fases de apresentação do trabalho.
- Figura 1.0** – Fotografia de moradores do Bairro das Palmeiras, Barreiro, 2021;
- Figura 1.1** – Pirâmide de temáticas e casos de estudo;
- Figura 1.2** - Polos de desenvolvimento territorial. Fonte: Colóquio sobre Política de Habitação, 1969;
- Figura 2.1** – Processo Participativo com os moradores do Bairro das Palmeiras
- Figura 2.2** - Antes e depois da intervenção na Atlanta BeltLine
- Figura 2.3** - “O elo vital para unir a cidade” aplicado ao caso de estudo de Atlanta Beltline, USA;
- Figura 2.4** - BeltLine – Atlanta. Desenho da infraestrutura como reflexão das políticas públicas.. Fonte: Gravel, R. (1999). Belt Line - Atlanta Design of Infrastructure as a Reflection of Public Policy. The Georgia Institute of Technology
- Figura 2.5** - BeltLine – Atlanta. Desenho da infraestrutura como reflexão das políticas públicas. Liga de lugares redesenhados. Fonte: Gravel, R. (1999). Belt Line - Atlanta Design of Infrastructure as a Reflection of Public Policy. The Georgia Institute of Technology
- Figura 2.6** - BeltLine – Atlanta. Desenho da infraestrutura como reflexão das políticas públicas. Novo sistema de percursos. Fonte: Gravel, R. (1999). Belt Line - Atlanta Design of Infrastructure as a Reflection of Public Policy. The Georgia Institute of Technology
- Figura 2.7** - Rua do Bairro da Malagueira <https://espacodear-quitetura.com/projetos/bairro-da-malagueira/> (consultado em 02.11.2021)
- Figura 2.8** - Tipologias das casas evolutivas no Bairro da Malagueira, Évora. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quin-ta-da-malagueira-alvaro-siza/z1329748535-plantas-secciones-alzados-tipo-a-y-b> (consultado em 31.10.2021)
- Figura 3.1** – A Linha que Nos Une
- Figura 3.2** – Lugar de Transição
- Figura 3.3** – Recreio Verde
- Figura 3.4** – Um Bairro Para Todos
- Figura 3.5** – Memória e Futuro
- Figura 3.6** – Bairro das Palmeiras
- Figura 3.7** - Esquema tipológico dos pátios. Cimo à esquerda: correnteza para a rua; cimo à direita, com pátio interior; baixo à esquerda: a formar um corredor interior cercado de apartamentos; baixo à direita: pátio entre duas ruas principais

formando uma rua “privada” cercada por apartamentos. Fonte: Vilas Operárias em Lisboa – A Emergência de Novos Modos de Habitar – O caso da Vila Berta, Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura por Sónia Pinto, IST-UL, Novembro 2008.

Figura 3.8 – Principais eixos sobre os quais se construir o Bairro das Palmeiras. Imagens: Google Earth Pro.

Figura 3.9 - Ocupação do Bairro das Palmeiras nos anos 80 segundo descrição escrita dos moradores.

Figura 3.10 – Dinâmicas de Ativação do Espaço Público.

Figura 3.11 – Bases de desenvolvimento no Bairro das Palmeiras

Figura 3.12 – Tipologias presentes no Bairro das Palmeiras

Figura 3.13 – Casa mais comum no BP

Figura 3.14 - Planta do processo de habitação evolutiva. Da esquerda pra a direita (piso 0 e 1o piso): 1a. 2a e 3a fase.

Figura 3.15 – Pormenor construtivo da parede existente em contacto com a parede nova.

Figura 3.16 – A Cooperativa

Figura 3.17 – A nova Vila Operária

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

ADAO - Associação Desenvolvimento Artes e Ofícios, Barreiro

AUGI - Áreas Urbanas de Génese Ilegal

BP – Bairro das Palmeiras

CP - Comboios de Portugal

CUF – Companhia União Fabril

EUA – Estados Unidos da América

IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis

LabTUR – Laboratório de Tecnopolíticas e Regeneração Urbana (Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção na Cidade Existente)

NRAU - Novo Regime de Arrendamento Urbano

ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PER - Programa Especial de Realojamento

PFA – Projeto Final e Arquitetura

PR - Presidente da República

RGEU - Regulamento Geral de Edificações Urbanas

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

TAD – Tax Allocation District

UE – União Europeia



INTRODUÇÃO

Lab TUR | Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção na Cidade Existente

Em setembro de 2020, O LabTUR: Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção na Cidade Existente, desafiou os alunos do 5º ano a desenharem propostas para a cidade do Barreiro tendo em atenção o papel dos processos participativos e das tecnopolíticas na regeneração urbana. Neste sentido, surgiram várias questões que acompanharam o desenvolvimento deste trabalho: O que é isto? Como é que isto pode ser uma solução para o desenvolvimento de cidades, até certo ponto, já consolidadas? O processo de regeneração passa por observar a cidade de um ponto de vista integrado e sensível em várias dimensões, como, por exemplo, económica, social, ambiental ou cultural, para assim conseguir encontrar soluções de longo prazo para o corpo da cidade. – *E como é que se faz?* – O processo dividiu-se em várias partes. Numa primeira, a discussão sobre a integração e envolvimento dos diversos atores – desde as empresas privadas ao cidadão individual, passando pelas instituições do estado; em seguida, a delimitação da estratégia onde se procura a tal visão integrada e compreensiva do lugar; e por último, o desenho das soluções para a resolução dos problemas urbanos, promovendo, sempre a visão sustentável da cidade – no sentido de em que os atores ganham ferramentas para se manter e conservar nas diversas vertentes já mencionadas.

A regeneração urbana associada às tecnopolíticas, permite a apropriação das novas tecnologias aliadas às políticas públicas. Ou seja, por exemplo, recorrer às redes sociais ou métodos de transformação digital para conseguir chegar a um maior número de população. O LabTUR permitiu uma aproximação à realidade, com várias atividades realizadas na rua, apesar da situação pandémica COVID-19, numa interação direta com a população do Barreiro, identificando, assim, quais as intervenções que a cidade precisa ou os problemas prioritários. A participação pública envolveu o ensaio de diferentes dinâmicas, jogos ou conversas, para perceber o que é que as pessoas realmente pensam.

Habitação Inclusiva e Evolutiva

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que foram lançados pelas Nações Unidas em 2015¹ fazem hoje parte das agendas governativas das mais diversas nações, escalas da administração (local, regional, central) e a até mesmo das agendas partidárias.

O conceito “sustentável”² significa que se consegue “manter ou conservar” e desenvolve-se em diversas novas vertentes nomeadamente a ambiental, social e humana, cultural, etc. Neste enquadramento, o crescimento das cidades e grandes centros urbanos é um dos maiores desafios. O ODS 11 - “cidade e comunidades sustentáveis” recorda que as cidades são o palco do futuro e para que sejam mais justas, inclusivas, ecológicas e humanas, devem ponderar-se fatores como a economia local, o meio ambiente e os direitos sociais, assumindo compromissos cívicos e políticos. Um dos temas debatidos neste ODS é a criação de acessos a espaços públicos seguros que sejam inclusivos acessíveis e verdes, bem como, o acesso a todos a uma habitação adequada a um preço acessível para as famílias de rendimentos médios e baixos.

Impulsionada pelas Nações Unidas, a Agenda 2030 pretende atingir, entre outros objetivos, que as cidades e os polos humanos sejam inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, mediante a ativação de agendas urbanas fortes e eficientes. Assim, cada território é responsável por desenhar quais os seus passos para alcançar a resposta mais eficiente. Cada cidade tem nas suas mãos o poder de lutar pela sobrevivência do seu património, identidade, cultura e uma cidadania ativa. Uma melhor gestão, mais próxima e acessível, que promova a qualidade de vida e o direito à cidade é um desígnio para as gerações futuras.

Esta visão, (figura 0.2) é a base para o trabalho de arquitetura, que visa conceber uma proposta integrada para o Bairro das Palmeiras (BP), espaço à margem do quotidiano da cidade do Barreiro. A ideia principal é “Um bairro para todos”, que passa pelo redesenho, regeneração e dinamização do espaço urbano e da habitação. Deste modo, com maior afluência de pessoas, o bairro poderá crescer e recuperar o seu lugar na cidade. Os novos habitantes do BP passam então a desempenhar papéis fundamentais para o bom funcionamento do novo sistema: quer enquanto moradores, quer como consumidores.

1 <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> [consultado em 09-08-2021].

2 Sustentável | sustentável | adj. 2 g. (sustentar + -ável) adjectivo de dois géneros

1. Que se pode sustentar.

2. Que se pode defender.

3. Que tem condições para se manter ou conservar (ex.: desenvolvimento sustentável). =SUSTENTADO “sustentável”. Fonte: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/sustent%C3%A1vel> [consultado em 09-08-2021].

3 <https://unric.org/pt/objetivo-11-cidades-e-comunidades-sustentaveis-2/> [consultado a 30-20-2021]

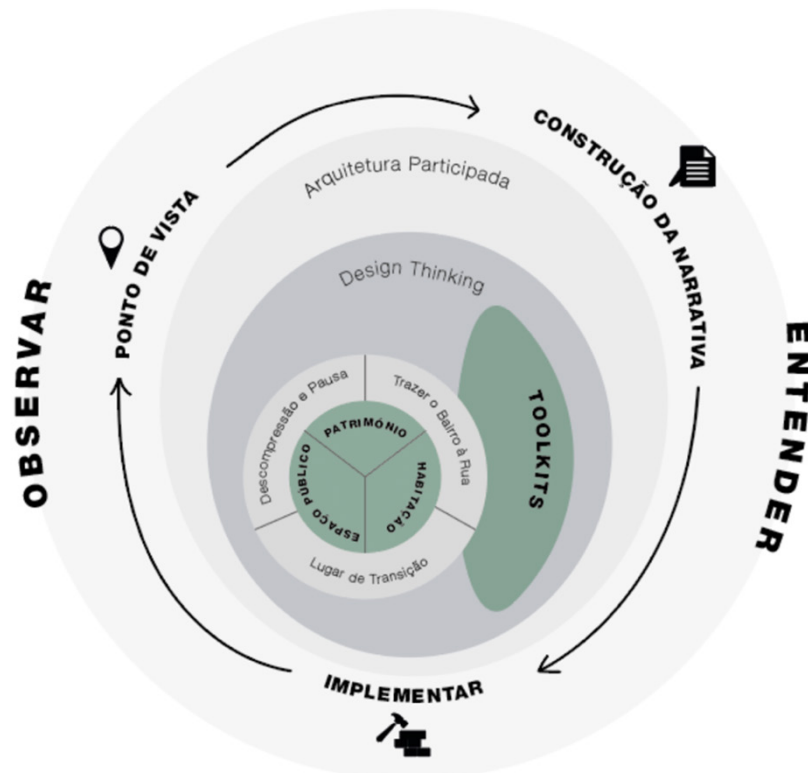


Figura 0.2 – Esquema modular da metodologia adotada para a realização do trabalho;

Objetivos

Com este estudo, procura-se uma estratégia regeneradora da cidade pós-industrial com enfoque na questão social, apresentando abordagens de desenho alternativas, que permitam a manutenção da população residente no bairro. O objetivo prioritário é a aposta em cooperativas de habitação para a definição de soluções habitacionais reabilitadas a renda acessível. Assim, pretende-se que o desenho de hoje se assuma como uma ferramenta de futuro e que venha a possibilitar melhores condições de vida para os barreirenses e para os novos moradores.

Sumariamente, os objetivos a desenvolver para a realização deste estudo são:

- Identificar e interpretar os modos de vida no Bairro das Palmeiras bem como reconhecer a sua evolução ao longo dos anos;
- Refletir sobre os hábitos sociais dentro e fora das habitações num contexto das vilas operárias;
- Cruzar os conhecimentos adquiridos de forma a dar início ao projeto de requalificação das vilas viabilizando a integração de classes socioeconómicas diversas de forma a desenvolver o bairro na sua vertente económica e social.
- Desenvolver o projeto de reabilitação do bairro (em momentos específicos) relacionando o seu programa com as necessidades da população local, de forma a regenerar o bairro e a sua envolvente – estabelecer uma relação clara com o eixo estruturante desenvolvido na fase de grupo *A Linha Que Nos Une*.

Metodologia

Os alunos do LabTUR iniciaram a sua investigação com a participação na escola de verão “TUR- Technopolitics in Urban Regeneration. Co-creating Liveable Spaces”⁴ na cidade do Barreiro. Esta oportunidade, permitiu compreender as problemáticas existente na cidade, levantar questões sobre o que fazer na cidade e apresentar possíveis soluções.

Após esta primeira abordagem, foi iniciada uma fase de investigação empírica que permitiu fazer reflexões informadas sobre a problemáticas existentes. Para tal, foi lançado o desafio de ler um livro, dentro de um grupo de recomendações sobre a regeneração urbana, um artigo de jornal e a realização de uma entrevista. Para o desenvolvimento deste trabalho foi analisado o livro de *O Direito à Cidade* de Henri Lefebvre (1968), foi lido um artigo de jornal de nome *Um gueto chamado Bairro das Palmeiras* e uma entrevistada a Arquiteta Helena Roseta⁵. Esta última, proporcionou uma conversar sobre o problema da crise habitacional vivida nos dias de hoje, em Portugal e no mundo, tendo em atenção o progresso vivido no país em termos legislativos.

Enquanto decorriam estas análises específicas da temática do projeto individual, em grupo começava a discussão de propostas de intervenção no Barreiro, levando à seleção da linha de caminhos de ferro como lugar de estudo uma vez que se impunha como uma barreira entre duas partes da cidade.

Em paralelo, foram organizadas diversas conversas e palestras com convidados externos e com os coorientadores da turma (Figura 0.3). Estas proporcionaram novas perspetivas sobre os desafios contemporâneos da arquitetura e que algumas das conclusões pudessem ser aplicadas aos lugares em estudo no Barreiro.

O trabalho em grupo *A Linha Que Nos Une* dividiu o território de intervenção em três rótulas de análise: o lugar de transição entre a cidade e a linha de comboio; a zona do património ferroviário edificado; e o parque habitacional. Posteriormente, as rótulas serviram de base para desenvolver a temática do trabalho de investigação individual, permitindo uma análise mais focada. Contudo, a análise integrativa da linha de comboio na cidade e o seu impacto nunca foram esquecidos ao longo do ano.

4 <https://turcocreating.weebly.com/> [consultado em 30-10-2021]

5 <https://www.publico.pt/2003/01/26/jornal/um-gueto-chamado-bairro-das-palmeiras-197576> [consultado em 30-10-2021]



Figura 0.3 - LabTUR palestras e fases de apresentação do trabalho

Estrutura

O texto que se apresenta está estruturado em três partes:

A primeira parte – **O Bairro** – permite ter uma perspetiva mais alargada e teórica do que são os conceitos abordados neste trabalho, nomeadamente, conceitos como a regeneração urbana, a habitação evolutiva e a sustentabilidade social;

A segunda parte – **A Rua** - começa a olhar para casos específicos e a perceber como estes podem influenciar as decisões de projeto. São os exemplos do *Atlanta BeltLine* nos Estados Unidos e o *Bairro da Malagueira* em Évora. Explica, também, os métodos escolhidos para a tomada de decisão, e apresenta uma reflexão crítica sobre alguns exemplos de arquitetura e desenvolvimento urbano-residencial que inspiraram o desenho do sistema integrado do Bairro das Palmeiras;

A última parte – **A Casa** – observar em pormenor o lugar de intervenção. O capítulo divide-se em duas subpartes. A primeira foca-se no enquadramento do trabalho desenvolvido em grupo para a cidade do Barreiro, e individualmente na análise do problema habitacional. O segundo subcapítulo apresenta as propostas de desenho arquitetónico para ao Bairro das Palmeiras.

O QUE É MORAR BEM?

“Morar bem” pode ter vários significados diferentes... Para aqueles que não tiveram a chance de sequer um teto para morar, “morar bem” pode ser apenas “ter um bom colchão”. Para os que tiveram todas as chances, o conceito de “morar bem” vai se modificando durante a vida. No começo, o quarto do bebê, o gosto da mãe, a mesmice infantil. Depois, os primeiros desejos, as cores, o lugar de brincar. Mais tarde, os primeiros sintomas da personalidade, o quarto que se transforma num mundinho particular, a loucura. À medida que vamos crescendo, começamos a acumular – os discos, os livros, os cacarecos. Começamos a perceber que são estas as coisas que nos traduzem. Nossa casa vira um amontoado de lembranças, começamos a colecionar objetos, arte, inutilidades. “Morar bem” já não cabe em nosso espaço. Sentimos necessidade de exibir, de receber pessoas em casa, de aumentarmos a família.

Enfim, de mais espaço. É tudo tão grande que os desencontros ficam mais frequentes, a solidão aumenta, o vazio torna-se insuportável. Amadurecemos, e o significado de “morar bem” continua a se modificar. Já não estamos tão satisfeitos assim, em nos perdermos dentro de nossa própria casa. Vamos chegando à última parte da vida, e bate uma vontade de sintetizar, jogar tudo fora, se desfazer, procurar a essência, se ver livre... finalmente. Daí, “morar bem” significa estar no menor espaço possível, ficar só com aquela peça que resume toda a coleção. Significa, a simples parede branca. É quando fica claro que não precisamos realmente de muita coisa. Nada muito além de um bom colchão.



89

O BAIRRO | 01

QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL | 01.1

No presente capítulo identificam-se as referências teóricas que inspiraram o desenvolvimento do projeto final de arquitetura (PFA). O capítulo encontra-se dividido em duas partes: na primeira, apresenta-se o quadro conceptual que é representado através de um triângulo que articula três conceitos (Figura 1.1). São eles a regeneração urbana, a habitação evolutiva e a sustentabilidade social. Os conceitos estudados completam-se formando um sistema que responderá de forma integrada ao novo desenho do espaço comum.; no segundo, apresentam-se dois casos de estudos que influenciaram a tomada de decisão conceptual - *The Atlanta BeltLine*⁶ (2015), nos Estados Unidos da América e ao *Bairro da Malagueira* (1973)⁷, em Évora.



Figura 1.1 – Pirâmide de temáticas e casos de estudo.

Esta etapa foi essencial para intervir arquitetonicamente no Bairro das Palmeiras, ao identificar respostas aos princípios do desenvolvimento sustentável nas diversas vertentes: social, urbana, económica, ambiental e cultural.

A revisão da literatura oferece a oportunidade de pesquisar e aprofundar o conhecimento sobre o modo como se pode transformar um bairro degradado num bairro requalificado e assim promover um coabitar diverso e inclusivo, em suma, para todos.

6 <https://beltline.org/> [consultado a 30.10.2021]

7 <https://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza> [consultado a 30.10.2021]

01.11 | REGENERAÇÃO URBANA

Regeneração urbana (do inglês *Urban Regeneration*) é um conceito que já vem sendo mencionado, no mundo do urbanismo, desde o século XIX num contexto pós-revolução industrial em Inglaterra, como método de reforma social (Romão,2017).

“Regeneração” surge do verbo “regenerar” que significa revitalização, renascimento e reprodução natural de uma parte de um mecanismo vivo que está sujeito a degradação (Roberts, 2000). No contexto urbana, remete para uma procura de soluções de melhoria das regiões carenciadas, sobreocupação e em deterioração. Esta abordagem associa-se, também, à economia competitiva e a qualidade de vida, especialmente para bairros habitadas por comunidades operárias empobrecidas.

Uma agenda com uma doutrina progressista que propunha melhores condições de habitação e estabilidade económica nos centros urbanos. Estas preocupações são assumidas em Portugal, no III Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (1905) onde se sublinha que *“nos centros industriais a experiência mostra que a moralidade e a boa conduta desenvolvem se por toda a parte onde a habitação melhora, condições estas que trazem como consequência o aumento de trabalho”* (Azevedo, 1982).

«Comprehensive and integrated vision and action which leads to the resolution of urban problems, and which seeks to bring about a lasting improvement in the economic, physical, social and environmental condition of an area that has been subject to change.»

Roberts, P, Sykes, H. Urban
Regeneration: A Handbook, SAGE
Publications Ltd, 2000

A cidade é o palco central da regeneração urbana e do pensamento arquitetónico necessário à diversidade de intervenções. Segundo Peter Roberts e Hugh Sukes (Roberts,2000) para acontecer a regeneração é preciso realizar uma análise detalhada das condições da área urbana – levantamento das condições de vida urbana, para conhecer as condições habitacionais, os equipamentos, etc.

Neste sentido, baseiam-se as propostas de transformação numa visão adaptada e simultânea do tecido físico, da estrutura social, da base económica e das condições ambientais da área em questão. Para afirmar esta prática, é preciso assegurar uma estratégia e programas de implementação que sejam desenvolvidos de acordo com os ODS, definindo objetivos operacionais claros que devem, sempre que possível, ser quantificados. Apesar de terem de estar constantemente predispostos a sofrer alterações para melhor se acomodarem aos problemas existentes, há que procurar garantir o consenso através da mais plena participação e cooperação possível de todas as partes interessadas com um interesse legítimo na regeneração de uma determinada área urbana e fazer o melhor uso dos recursos existentes. Um exemplo de boas praticas de regeneração urbana é o *The Atlanta BeltLine*⁸ nos Estados Unidos da América. O projeto, desenhado a partir de uma dissertação de mestrado⁹, apresenta uma visão alternativa para a linha de cintura de caminhos de ferro. Uma oportunidade de reconectar as margens, em vez de se assumir como um elemento segregador. Assim, como se passará a abordar mais à frente neste capítulo, a cidade evoluiu nas diversas ver-

tentes da sustentabilidade e conseguiu ser um exemplo de sucesso para outras comunidades. Desde o alojamento à vida no espaço público, passando pela ativação dos postos de trabalho, a BeltLine funciona como um sistema que responde aos diversos desafios levantados pela sociedade contemporânea.

Em Portugal, em 1969, no Colóquio sobre Políticas de Habitação¹⁰ debateu-se com diversas personalidades de várias áreas do conhecimento os polos do desenvolvimento das cidades. O esquema (Figura 1.2) sintetiza o modo sistémico de funcionamento de um bairro saudável. Os três polos principais são os postos de trabalho, a habitação e equipamentos, que devem estar sincronizadas se consegue chegar ao processo correto da regeneração urbana.

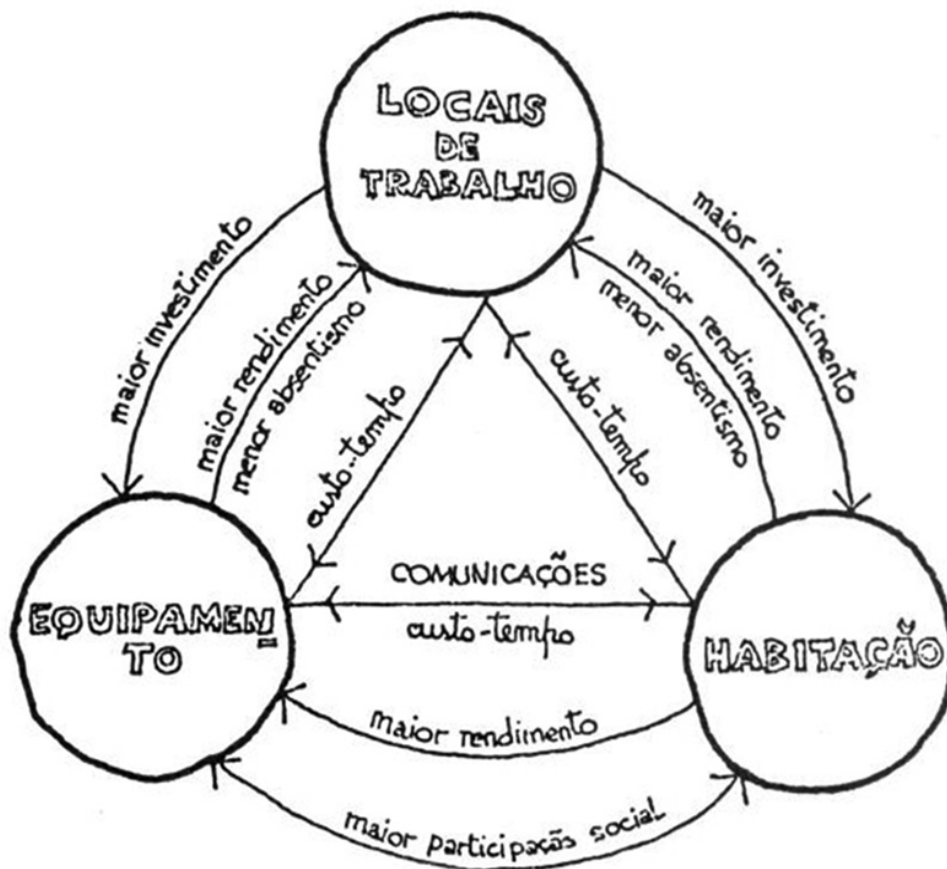


Figura 1.2 – Pólos de desenvolvimento territorial, Colóquio sobre Política de Habitação, 1969

8 <https://beltline.org/things-to-do/> [consultado em 30.10.2021]

9 <http://beltline.org/wp-content/uploads/2012/04/Ryan-Gravel-Thesis-1999.pdf> [consultado em 30.10.2021]

10 JA226, Disponível em:

<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/42758/1/Anos%20sessenta.%20Verdades%20e%20consequ%C3%Aancias%20da%20crise.pdf> [consultado em 30.10.2021]

01.12 | HABITAÇÃO EVOLUTIVA

O conceito de habitação evolutiva está comumente relacionado com arquitetura adaptável uma vez que se pretende como um processo de metamorfose. A adaptabilidade revela-se em dois aspetos no sentido em que se adequa a cada momento – ou “(i) de um alojamento ao modo de vida dos seus ocupantes” ou “(ii) do habitat ao desenvolvimento socioeconómico, administrativo e cultural” (Coelho, A e Reis, A.,2003) – o todo e as partes; o lar e o bairro; a casa e a cidade. A habitação evolutiva é a forma de melhoramento gradual e de adaptabilidade à mudança enquanto pretende cumprir os “desejos habitacionais” dos habitantes à medida que por eles vão sendo idealizados e à medidas das próprias necessidades. Como disse Bandeirinha, “*Não serão só os fogos que vão crescendo em área e qualidade, em consonância com as novas disponibilidades económicas, mas é o próprio bairro que, à medida que se vai consolidando, vai também evoluindo na qualificação das infraestruturas urbanas e dos equipamentos associados*” (Bandeirinha, 2007). Este conceito quer que uma casa hoje básica, esteja preparada para amanhã ser uma casa associada às classes ricas. Para isso, está nas mãos do arquiteto primeiramente planejar a casa para que esta possa ser ampliada ou subdividida. Este processo de mudança na habitação pode acontecer por duas vias: o da autoconstrução ou o do autoacabamento mais ou menos assistido. A autoconstrução é o processo dos moradores conseguirem ou sozinhos ou sem acompanhamento de profissionais da área fazer as alterações desejadas no sentido de acrescentar. Já o autoacabamento vai ao encontro da finalização assistida pontualmente por um responsável de obra encarregue destas alterações.

O desenho da habitação deve afastar-se de uma uniformização tipológica e procurar responder às carências de uma população específica, num determinado local e com necessidades particulares. Apostar num programa que envolva a família na produção e materialização da sua própria casa facilita não só a tarefa do arquiteto na hora de responder a um fogo que se adequa inteiramente ao grupo familiar, como propicia também a produção de uma casa que se vai materializando ao longo do tempo, adequando-se às diferentes etapas da sua vida. Assim, criam-se estruturas não tão rígidas e definitivas, que permitem a intervenção da família, facilitando a sua adequação ao espaço.

Nuno Teotónio Pereira, no *Colóquio de Urbanismo*¹¹ que decorreu no Funchal em 1969, levantou a questão *quem eram, como viviam, onde moravam, aqueles que constituíam o maior número* reconhecendo a gravidade do problema habitacional que Portugal enfrentava no período final da ditadura. O arquiteto respondeu aos desafios da altura com soluções arquitetónicas inovadoras e arrojadas que permitiam a mutação do edificado de modo a acompanhar a disponibilidade e a intenção dos moradores. Para que todo o processo ficasse bem estipulado, há que ter em consideração num momento inicial alguns fatores. Primeiro, a opinião das pessoas. É fundamental que num bairro onde as pessoas vão ser convidadas a desenvolver as suas casas, estas possam ser ouvidas. Contudo, o papel do arquiteto não se pode submeter às mesmas e como disse Siza Vieira no âmbito dos Serviço

11 http://www.placar.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=10&Itemid=59 [consultado em 30.10.2021]

Ambulatório de Apoio Local (SAAL) no Bairro das Bouça, no Porto, “*Eu oiço-vos, mas não vos obedeço*”¹². Outro fator a ter em consideração é o local, para que a relação com a envolvente nunca seja menosprezada. Terceiro, a família que irá habitar a casa – os diferentes modos de ser e de estar; relações e a privacidade. E por último é importante perceber quais as condições iniciais do edificado – no caso de se tratar de uma reabilitação. É ainda importante mencionar que as mudanças de adaptabilidade devem ser de natureza aditiva, reversível e nunca implicar a destruição.

A habitação evolutiva atenta ainda nos fatores socioculturais. Nomeadamente a evolução dos diferentes grupos no sentido em que cada par de moradores não está ao mesmo tempo disponível para avançar com obras de melhoramento da casa. É ainda fundamental que qualquer que seja a modificação se prese no contexto urbano em que está inserido. Isto é, é importante desenvolver soluções pensadas globalmente, harmonizando os edifícios e os espaços verdes por estes não serem definidos à partida.

Este tipo de arquitetura desenha espaços onde as pessoas criam o sentido de presença, tornando-se elas proprietárias do espaço. Segundo Habraken (Habraken, 2000), existem quatro fatores fulcrais para a necessidade da arquitetura evolutiva. Um deles é a necessidade do utilizador se identificar com o seu ambiente, personalizando-o; outro, a família e as várias fases e formas de viver ao longo do tempo; terceiro: as alterações no estilo de vida – isto é, mudanças nas rotinas dos moradores ou mesmo no padrão de vida da sociedade; por último – as tecnologias que fazem com que certos espaços das casas se tornem desnecessários.

Já Galfetti (Galfetti, 1997) aponta outras quatro formas de olhar este estilo de construção. No início, o ocupante adapta o espaço à sua maneira; a fase permanente permite ir introduzindo alterações ao longo do tempo; a fase elástica que permite mudar a casa ampliando-a e por fim a fase evolutiva que implica a capacidade de evolução a longo prazo – “*a casa entendida como um processo*” (Fernandes, 2015).

12 <https://sicnoticias.pt/programas/vizinhos/2016-05-28-A-revolucao-e-as-casas-de-Siza-no-Porto> [consultado em 30.10.2021]

01.13 | DIREITO À HABITAÇÃO E A SUSTENTABILIDADE SOCIAL

«Como podem estas pessoas tomar medidas de precaução como “lavar as mãos frequentemente com água e sabão” quando não têm água ou esgotos? Como podem “evitar utilizar espaços comuns com outras pessoas presentes” quando no mesmo quarto dorme uma família inteira? Ou como podem “deixar os sapatos à porta de casa” quando o chão dentro de casa é de terra e lama?»

António Bello in “Ficar em casa – Um perigo inevitável”, fundador da Just a Change

A pobreza habitacional é uma realidade ainda muito presente no quotidiano de alguns portugueses, que se observou no decorrer da pandemia mundial da COVID-19. Segundo Bello¹³, há ainda muitas pessoas que não detêm as condições mínimas de salubridade nas próprias casas e isso acaba por se refletir na postura que têm perante a vida – quer na procura de emprego, quer no cuidado que têm com a própria casa e por fim com o bairro onde estão inseridos. A ONG *Just a Change*¹⁴, fundada por António Bello, é responsável por “*Reabilitar casas, reconstruir vidas*”. O objetivo é devolver a própria vida a pessoas que vivem em condições indignas e incentivá-las a recuperar o seu papel na sociedade. Um processo que pode ser demorado, mas que no fim, com cada casa recuperada, pode-se conseguir um bairro inteiro com uma nova dinâmica.

Uma das soluções para prevenir estes modos de vida precários passa pela mistura social, essencial a uma sustentabilidade de longo prazo. A promoção de diversidade social é essencial a novas perspetivas para as comunidades nomeadamente oportunidades de habitação, principalmente, se permitir diferentes regimes de arrendamento – de acordo com os rendimentos mensais – ajudando no processo de procura de casa e na decisão de onde se fixarem.

Neste momento, as grandes cidades enfrentam crises habitacionais no sentido em que não há casas que as pessoas possam pagar. Apesar da promoção de habitação pública, as vagas disponíveis estão longe de serem suficientes face ao número de candidatos. Neste sentido, é preciso intervir e “*as políticas sociais de habitação colocam as pessoas, e as suas necessidades, no centro da equação, ampliando assim o entendimento de habitação e de habitabilidade*”¹⁵. Segundo Ricardo Agarez é urgente “*apoiar famílias em situação de grave carência habitacional, garantir o acesso à habitação àqueles que não o têm pelo mercado imobiliário, transformando a reabilitação no modo dominante de intervenção*” (Agarez, 2020, p.11) para facilitar a inclusão e mobilidade sociais. Assim, surgem algumas alternativas de norte a sul do país inspiradas muitas vezes em casos que acontecem no estrangeiro. Em Lisboa, o Programa Renda Acessível é responsável pela reabilitação de imóveis e pelo respetivo aluguer seguindo a lógica de cobrar rendas “*que as pessoas podem pagar*” (Agarez, 2020, p.11.).

13 António Bello in “Ficar em casa – Um perigo inevitável”, <https://eco.sapo.pt/2021/04/06/ficar-em-casa-um-perigo-inevitavel/> [consultado em 30.10.2021]

14 <https://www.justachange.pt> [consultado em 30.10.2021]

15 <https://journals.openedition.org/sociologico/4662> [consultado em 30.10.2021]

16-17 <https://www.portaldahabitacao.pt/1.%C2%BA-direito> [consultado em 30.10.2021]

A Nova Geração de Políticas de Habitação¹⁶ cria um conjunto de instrumentos de atuação para enfrentar a escassez de alternativas acessíveis para a habitação.

«A habitação e a reabilitação são, cada vez mais, reconhecidas como áreas estratégicas e fundamentais ao desenvolvimento humano e da vida em comunidade e à promoção da competitividade e coesão dos territórios. (...) A habitação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado, a base de uma sociedade estável e coesa e o alicerce a partir do qual os cidadãos constroem as condições que lhes permitem aceder a outros direitos como a educação, a saúde ou o emprego»

Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018:
1784

O 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação permite que os proprietários de espaços em más condições de habitabilidade se tornem candidatos a um financiamento público: 50% de fundo perdido + 50% empréstimo. Depois, é encomendada a obra para o melhoramento das instalações. Na fase final, os moradores voltam às suas casas e os fogos vagos ficam disponíveis para que a autarquia alugue e que cobre rendas que não ultrapassem os 35% dos rendimentos dos inquilinos.

Mas o que se entende pela definição de rendas acessíveis? As políticas habitacionais têm vindo a ser debatidas cada vez mais nas autarquias e pelo próprio Governo. É uma questão que apesar de parecer um problema pequeno, traz consigo assuntos maiores como a economia local e o bom funcionamento da zona onde a população se insere. Engloba diversas questões como garantir que todos têm um lugar decente para morar, que assegure as condições mínimas estipuladas pela Constituição; garantir a diversidade económica para as áreas onde se inserem no sentido em que pessoas com boas condições de habitabilidade estão mais predispostas a contribuir ativamente para o bom funcionamento da comunidade; e por último garantir o espírito de comunidade sem deslocar pessoas indevidamente.

A questão que se levanta agora é como é que a mistura social se alia às rendas acessíveis? O facto de haver pessoas dos diferentes grupos sociais a habitar o mesmo bairro fará com que o comércio local envolvente bem como as dinâmicas do espaço público tenham que se adaptar a cada um dos intervenientes. É preciso criar um ciclo de oportunidades de emprego no sentido de oferta e procura. Assim, os mais diversos grupos sociais podem usufruir destes serviços a diferentes níveis, mas tendo-os como pontos comuns. Por exemplo, no caso do *Atlanta BeltLine*, EUA, parte dos apartamentos pertencem aos moradores, outros são arrendados e outros (cerca de 30%) estão sob o regime de rendas acessíveis respeitando os tetos máximos e mínimos para as cobranças. Estes três métodos de cobrar rendas permitem a mistura de grupos sociais uma vez que existem diferentes patamares económicos. Esses diferentes grupos ocupam-se também de diversas maneiras em termos de empregabilidade e isso irá trazer diversidade ao setor económico.

Este trabalho tende a olhar para o processo como uma oportunidade de mudança que em vez de expulsar os habitantes antigos estes são protegidos e são gerados dinamismos para a ativação do bairro. O objetivo da mistura social é garantir que ninguém fica de fora e que todos os interesses são salvaguardados.



A RUA | 02

ENSAIO METODOLÓGICO | 02.1

O projeto arquitetónico desenvolve-se com base numa metodologia de investigação de carácter exploratório ao “ênfatizar a descoberta de ideias e de discernimentos” (Marconi, M. A & Lakatos, 2006), expondo a realidade de diversas perspetivas e recorrendo, para tal, a diferentes técnicas de investigação que assentam em modos de produção de informação distintos.

O ensaio metodológico explorou o papel dos processos participativos no desenhar de soluções. Neste caso, em conjunto com as associações locais, nomeadamente a Associação NÓS e a sede do Grupo de Chinquilha Palmeirense, foi possível reunir opiniões e contestações sobre o que acontece atualmente no lugar de intervenção. O bairro das Palmeiras tem muita história e são as pessoas, mais do que os registos sobranes em literatura, que podem guiar sobre o seu passado.

Com o auxílio de plantas do bairro das palmeiras e um conjunto de marcadores foi possível identificar diversos problemas pela voz dos próprios moradores, num processo participativo onde todos foram convidados a intervir por meio do desenho e da voz. Reunidos no café central do Grupo de Chinquilha Palmeirense, na Travessa das Palemeiras nº11, reuniram-se seis moradores que tinham opiniões diversas sobre o bairro. Todos eram reformados ou beneficiários do RSI, homens. Depois, na rua, continuando com a mesma lógica de ir desenhando apontamentos e destacando situações na planta, fomos abordar a responsável do Jardim Infantil Bairro das Palmeiras. Por último, encontramos um senhor na casa dos 60 anos, marido da responsável do café onde a dinâmica tinha começado, que nos apontou outras observações.

“O que se pode melhorar no bairro, o que faz falta, o que se muda, como é que querem ser ouvidos?” foram as perguntas orientadoras da conversa. Na grande maioria, os moradores apontam a falta de jovens, a falta de segurança na via pública e a ausência de

comercio básico, referindo que os idosos têm que se deslocar a bairros vizinhos para fazer compras essenciais. De modo geral, todos concordam que o bairro precisa de uma grande intervenção ao nível do espaço público a fim de conseguir dinamizar as ruas numa tentativa de combater a criminalidade e o abandono.

Foi ainda criado um blog Tumblr. Este blog está disponível online¹⁸ onde no fim do projeto poderá ser entregue à população para que eles também possam ser informados de todos os casos de estudo abordados, notícias e referências que ajudaram os estudantes na tomada de decisões. Baseado inicialmente na timeline guia, o blog acompanha e tem espaço para o desenvolver do raciocínio crítico sobre todos os tipos de publicações e ainda dá lugar aos comentários e trocas de ideias.

Para além do processo participativo, a metodologia requereu a revisão da literatura, análise de documentação no arquivo municipal, observação do lugar e entrevistas individuais.

A interpretação e análise da cidade do Barreiro bem como do Bairro das Palmeiras foram também pontos fundamentais para perceber o desenvolvimento precoce do bairro em questão. Apenas assim foi possível perceber o que está por detrás do espírito comunitário que é enraizado nos moradores do bairro. Perceber a relação da cidade com a CUF e o desenvolvimento dos bairros operários consequência do crescimento espontâneo da mesma. Para conseguir chegar a conclusões foi necessário recorrer a cartografia temática da região, plantas históricas e imagens satélite com comparação de diferentes alturas. Ainda com o auxílio de algumas descrições escritas foi possível perceber o tipo de comércio e vivências ao longo dos anos.

Quanto ao interior das casas, foi necessário recorrer a plantas interiores disponibilizadas pelo arquivo municipal. Os diversos casos de estudo, The Atlanta BeltLine (2015) e o Bairro da Malagueira (1973), ajudaram nas opções projetuais para uma boa relação entre a rua e o interior da casa.



Figura 2.1 – Processo Participativo com os moradores do Bairro das Palmeiras

18 <https://um-bairro-para-todos.tumblr.com/> [consultado 30.11.2021]

CASOS DE ESTUDO | 02.2

No ensaio metodológico foi necessário analisar dois casos de estudo, com o objetivo de identificar processos alternativos de fazer cidade que permitissem repensar o lugar e desenhar um sistema integrado para todos no Bairro das Palmeiras.

O Atlanta BeltLine¹⁹, apresenta-se como elo vital para a conexão da cidade por meio da regeneração urbana da linha de cintura ferroviária; e o Bairro da Malagueira²⁰ que desenhado no âmbito do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) se dedicou à arquitetura evolutiva para o desenho de um bairro que mistura diversos grupos sociais.

ATLANTA BELTLINE | 02.21



Figura 2.2 - Antes e depois da intervenção na Atlanta BeltLine.²¹

19 <https://beltline.org/the-project/> [consultado 30.11.2021]

20 Gomes, M. (2017) – Bairro da Malagueira de Siza Vieira: Fatores de apropriação e construção identitária em torno da casa. Caleidoscópio. Março.

21 <https://www.adaptationclearinghouse.org/resources/case-study-of-the-atlanta-beltline-adaptation-aspects.html> [consultado 30.11.2021]

O Atlanta BeltLine surge associado ao projeto desenvolvido por Ryan Gravel²²²³ em 1999 no âmbito da investigação para a conclusão dos estudos em Arquitetura pelo The Georgia Institute of Technology.

O estudo Belt Line – Atlanta: Design of Infrastructure as a *Refletion of Public Policy*²⁴ foca-se na intervenção na cidade e em especial no espaço público. O desenho reflete sobre a ocupação do espaço no passado, presente e futuro e quais as mudanças necessárias para levar Atlanta à regeneração urbana para que ofereça melhores condições de vida à população.

Neste sentido, e com especial enfoque na *BeltLine* – o eixo de cintura ferroviário, o projeto propõe a reocupação dos carris integrando-os num novo circuito pedonal e ciclável, potencializando-o com espaços multifunções e com diversos pontos de atratividade: cultura, desporto, lazer, eventos, hortas, etc. No entanto, o projeto vai muito além dos espaços públicos.

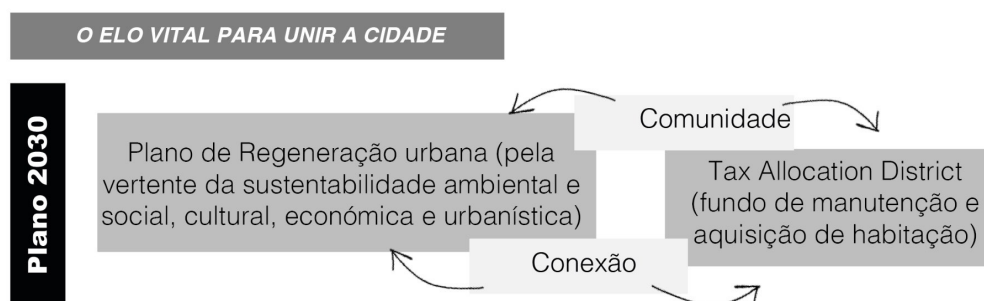


Figura 2.3 - “O elo vital para unir a cidade” aplicado ao caso de estudo de Atlanta Beltline, USA;

O projeto define uma estratégia de longo prazo, até 2030 (figura 2.3), através de uma abordagem a dois níveis: a regeneração urbana, conciliando a intervenção com a participação pública, para propor desde postos de trabalho à qualificação do espaço público; e a *BeltLine Tax Allocation District* (TAD) onde é gerado um fundo para a gestão de habitação com rendas acessíveis.

No ponto de vista da regeneração urbana, Atlanta foi palco de uma intervenção que reavivou a memória ferroviária tão forte nos tempos da industrialização (figura 2.4). Contudo, com as alterações às prioridades – a cidade para as pessoas e não para a indústria – adquiriram-se novas dinâmicas onde as pessoas são as protagonistas dos espaços que frequentam (figura 2.5).

22 <https://ryangravel.com/beltline/> [consultado 30.11.2021]

23 <https://atlanta.curbed.com/2013/12/19/10162576/a-chat-with-the-guy-whose-thesis-birthed-the-beltline> [consultado 30.11.2021]

24 <https://smartech.gatech.edu/handle/1853/7400> [consultado 30.11.2021]

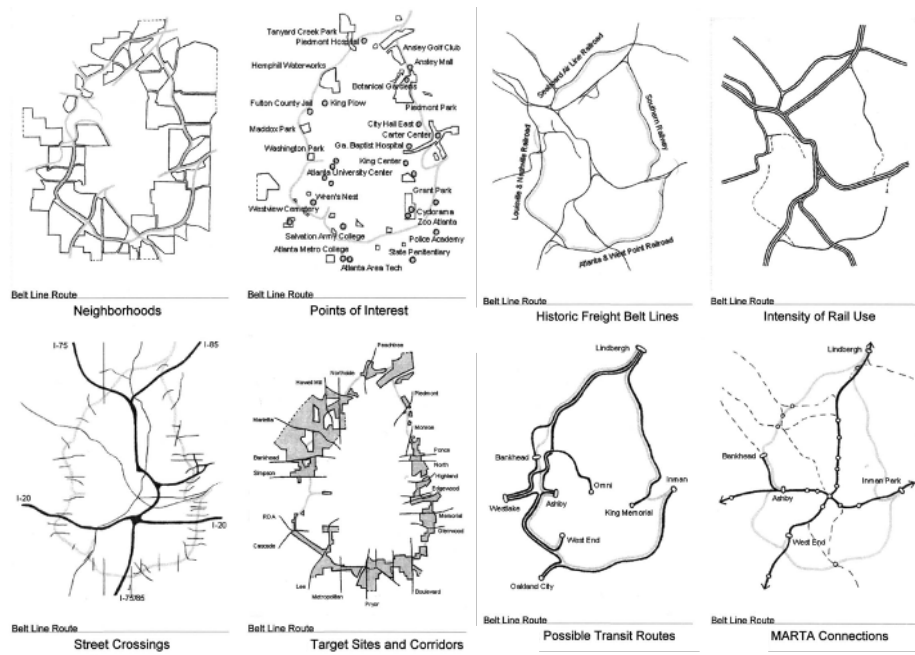


Figura 2.4 BeltLine – Atlanta. Desenho da infraestrutura como reflexão das políticas públicas.. Fonte: Gravel, R. (1999). Belt Line - Atlanta Design of Infrastructure as a Reflection of Public Policy. The Georgia Institute of Technology

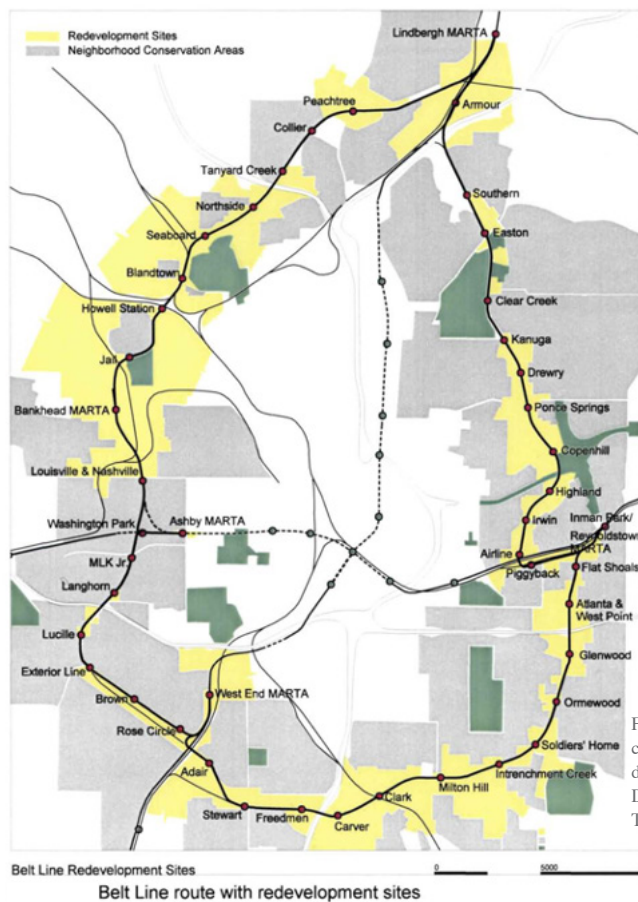


Figura 2.5. BeltLine – Atlanta. Desenho da infraestrutura como reflexão das políticas públicas. Liga de lugares re-desenhados. Fonte: Gravel, R. (1999). Belt Line - Atlanta Design of Infrastructure as a Reflection of Public Policy. The Georgia Institute of Technology

A estratégia para a BeltLine passa por quebrar a barreira entre o interior e o exterior da linha de cintura ferroviária, criando conexões urbanas que potencializem a vida do espaço público. Desta forma, o desenvolvimento de novos espaços urbanos viabiliza a criação de novos usos potencializando o desenvolvimento ambiental, económico, habitacional e cultural da cidade. O Atlanta BeltLine é muito mais do que um projeto de intervenção ao nível do chão, é central no desenvolvimento e funcionamento de comunidade, integrando uma perspetiva democrática e participativa do cidadão nos vários usos da cidade: comércio, trabalho e lazer.

Uma das áreas de maior destaque na intervenção foi o parque habitacional e todas as questões associadas. O desenhado do plano previa a manutenção e a gestão de fundos para que fosse possível garantir habitação acessível e a custos controlados ao maior número de população. O TAD (*Tax Allocation District*)²⁵ permite reservar uma percentagem dos fogos – entre 15% a 25% - para habitação acessível e a cobrança de uma percentagem de 15% das rendas para um fundo comunitário que prevê a reabilitação de fogos antigos e a aquisição de novos. Deste modo, é estimulado o investimento económico e ao mesmo tempo são oferecidas casas que as pessoas podem pagar tendo em atenção os seus rendimentos.

Além de haver esta salvaguarda que pretende garantir um teto a todos os cidadãos, o projeto da BeltLine é gerador de oportunidade: tanto a nível do espaço público como do parque habitacional. A mistura de grupos sociais aqui presente bem como a diversidade de oferta em termos de arrendamento leva à dinamização da comunidade criando um sistema ativo e diversificado. Estas condições fazem com que a resposta dada no que toca à empregabilidade seja mais alargada bem como a oferta cultural devido à diversidade de pessoas que estas zonas acabam por atrair (figura 2.6).

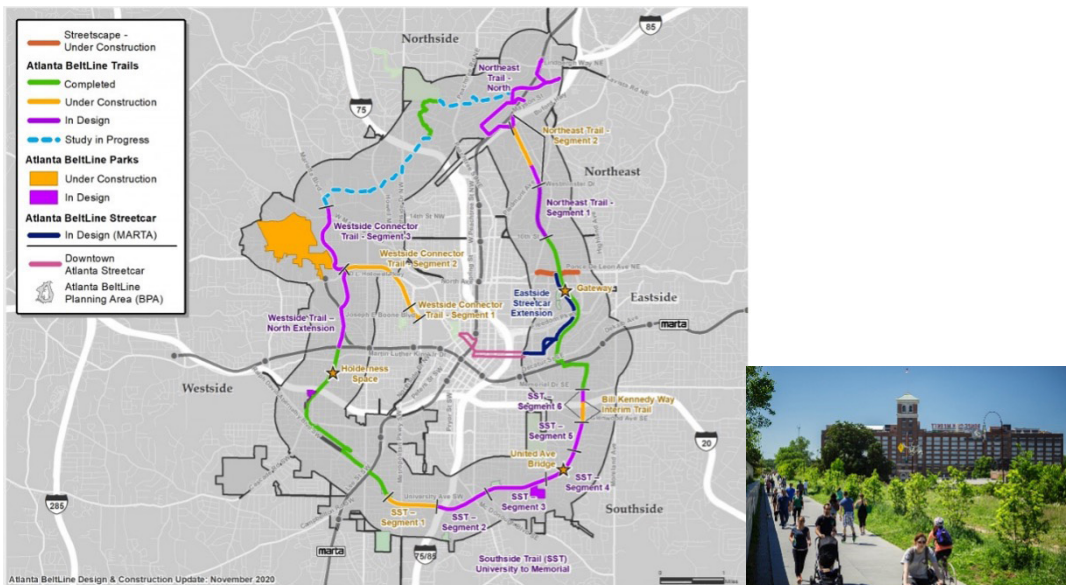


Figura 2.6. BeltLine – Atlanta. Desenho da infraestrutura como reflexão das políticas públicas. Novo sistema de percursos. Fonte: Gravel, R. (1999). Belt Line - Atlanta Design of Infrastructure as a Reflection of Public Policy. The Georgia Institute of Technology

25 <https://www.atlantaga.gov/government/departments/city-planning/office-of-zoning-development/plans-and-studies/tax-allocation-district-tad> [consultado 30.11.2021]

BAIRRO DA MALAGUEIRA, ÉVORA | 02.22

Em 1975, com a democracia, há uma grande reforma na distribuição de terras vinculado a outras políticas para o desenvolvimento social. A instituição de uma política habitacional torna-se então um instrumento para a melhoria das condições de vida da população com parques rendimentos. As associações de moradores são a voz do descontentamento e assumem um papel fundamental na definição de políticas sociais e na solução para o problema habitacional em cada município. Com o apoio do governo, e no âmbito do programa SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local, em 1974, muitas associações de moradores organizam-se em cooperativas, isto é, uma organização de pessoas que trabalham em sociedade pelo mesmo fim, com vista à produção de habitação social de larga escala. É neste momento que nascem as cooperativas na cidade.²⁶

Neste período, a estrutura urbana de Évora dividia-se em duas realidades distintas: a cidade velha intramuros e um conjunto de bairros clandestinos. A quinta da Malagueira, com 27 hectares, na periferia da cidade de Évora é local de intervenção escolhido para colmatar o problema de falta de habitação.

Das 1.200 unidades construídas, entre 1973 e 2001, 60% de produção cooperativa; tendo a construção pública atingido 35% desse total, e a construção por particulares representar somente 5% do total.²⁷ Uma vez que não é permitido o arrendamento – pelo menos não é gerido pelas cooperativas – a mobilidade dos moradores/ proprietários é reduzida. Este fator ajudou à consolidação da área no sentido em que se desenvolveu um espírito bairrista e de comunidade.

Como as cooperativas se pretendem organizações sem fins lucrativos, a percentagem máxima de lucro das cooperativas, autorizada pelo governo, é de 2,5% dos custos totais da produção. Estes lucros revertem para melhorias no bairro sempre geridas pelas próprias cooperativas.

O desenho urbano da autoria de Álvaro Siza Vieira nasce da sua experiência em outros projetos participativos no Porto. As habitações refletem os conceitos da arquitetura evolutiva, permitindo que a casa possa ser adaptada aos modos de vida dos habitantes. Alterações que o arquiteto, ao desenhar o bairro, deixou em aberto para que os moradores pudessem adequar às suas necessidades: casas de um ou dois pisos; ampliação do número de quartos; ou então orientar a casa para o pátio interior ou para a rua.

As habitações com dois pisos são predominantes no bairro e a grande maioria são casa-pátio desenhadas em L de modo a criar jogos de cheios e vazios. Há casas orientadas para a rua e outras para o pátio que proporcionam uma combinação de espaços públicos e espaços privados sempre em articulação uns com os outros. Os pátios entre casas não são permeáveis, uma vez que são privados, mas estabelecem relações com os envolventes. As áreas comuns encontram-se no piso térreo onde podemos encontrar espaços como a sala de estar, sala de jantar, a casa de banho social e a cozinha – por norma orientada para o pátio

26 <https://espacodearquitetura.com/projetos/bairro-da-malagueira/> [consultado 30.11.2021]

27 <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.008/936/pt> [consultado 30.11.2021]

privativo. Já no piso superior encontram-se as áreas privadas como os quartos e as casas de banho, além do terraço. As casas têm por norma 96m², com 8m na frente de rua e 12m na profundidade (figura 2.8). Esta dimensão favorece o desenho urbano no sentido em que se consegue uma densificação populacional por um menor espaço de área ocupada, nunca comprometendo a qualidade do desenho arquitetónico nem pondo em causa a qualidade de vida dos moradores.²⁸

No desenho bairro da Malagueira, foi fundamental fomentar as relações entre vizinhos. A maior prova disso é usar o espaço do pátio como uma extensão da rua e vice-versa. Este paralelismo entre o que é a vida privada e pública, apela às relações da comunidade e ao convívio entre moradores. Os jovens e as crianças são parte dos atores principais do bairro e estes são recompensados com espaços para jogar à bola, recantos para poderem conversar e áreas de lazer. Quanto aos equipamentos, alguns foram desenhados propositalmente para o bairro, nomeadamente uma escola, igreja, mercados e piscinas municipais. A partir destes serviços existentes, surgiu a necessidade de ter novos equipamentos que dessem resposta à vertente económica no bairro – nomeadamente o comércio essencial. Assim, pode encontrar-se no eixo de acesso ao bairro comércio ao nível do piso térreo e entre a área residencial, pequenas lojas como serviços de primeira necessidade, atelier de costura, postos de atendimento bancário, correios e restaurantes/ cafés. Logo, as pessoas não necessitam de se deslocar para fora do bairro de modo a corresponder as suas necessidades e desejos ativando e incentivando o comércio local.



Figura 2.7. Rua do Bairro da Malagueira <https://espacodearquitetura.com/projetos/bairro-da-malagueira/> (consultado em 02.11.2021)

28 <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.008/936/pt> [consultado 30.11.2021]



Figura 2.8. Tipologias das casas evolutivas no Bairro da Malagueira, Évora. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza/z1329748535-plantas-secciones-alzados-tipo-a-y-b>



98

A CASA | 03

A cidade do Barreiro | 03.01

Numa primeira fase, que decorreu de setembro/2020 a março/2021, em colaboração com Elisabete Moura e João Fernandes foram analisados problemas de um eixo urbano na cidade e lançadas propostas que analisam o Barreiro de diversas perspetivas, no sentido da regeneração urbana, como mencionado no capítulo 2.

Feito inicialmente, a partir de um ponto de vista mais rígido – *top-down*, proveniente do espírito académico incutido nos quatro últimos anos, e posteriormente de uma perspetiva *bottom-up* que permitiu entender a cidade a partir do olhar da população.

O foco do trabalho foi o eixo estruturante que segrega a cidade do Barreiro em dois polos fundamentais: a norte e a sul. Uma situação gerada pela presença da linha de caminho de ferro que apesar de outrora ter sido a única ligação do Alentejo a Lisboa – Sul ao Norte do país, hoje é subutilizada e a causa de uma cidade fragmentada e desconectada. Esta situação, permitiu identificar a inutilização do espaço na ótica do peão e a reduzida utilização dos transportes públicos da cidade, obrigando a uma reabilitação para que possa ser usado pelos cidadãos, atribuindo-lhe uma nova finalidade. Uma oportunidade de desenho urbano para potencializar ligações entre o Norte e o Sul da linha de comboio, de modo a unificar e a uniformizar a continuidade de ambas as margens.

Neste contexto, o programa de um Novo Corredor Verde como proposta da regeneração urbana é essencial para alavancar um crescimento económico e sustentável da cidade, estabelecendo a mediação entre os diferentes agentes/atores que atuam no território. O programa assenta na humanização da infraestrutura mediante a sua reabilitação com novos usos e funções que estabeleçam conexões com diferentes os polos constituintes e dinamizadores da cidade: espaços amplos para realizar diversas tarefas ao ar livre - passear, correr, passear com os animais, andar de bicicleta, fazer pic-nics, etc. O desenho de “*A linha que nos une*” (figura 3.1) é estruturado por uma lógica dividida em quatro áreas de interven-

ção. As áreas podem identificar-se (de poente para nascente) por:

- a. Lugar de Transição;
- b. Recreio Verde;
- c. Um Bairro para Todos;
- d. Memória e Futuro;

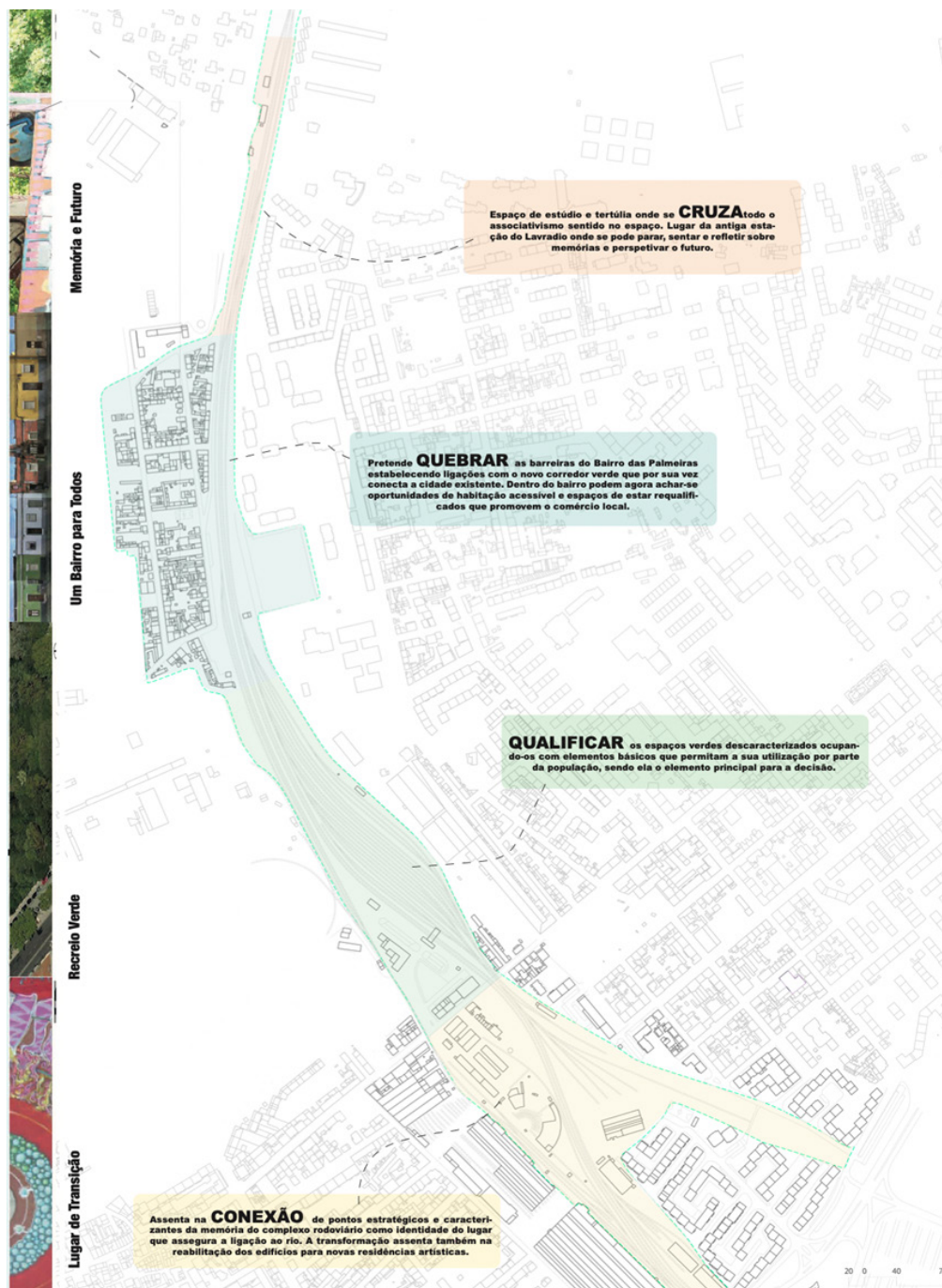


Figura 3.1 – A Linha que Nos Une

É importante frisar que apenas foi possível chegar a esta resposta conjunta sobre a cidade após uma análise participada junto da população. Por impossibilidade de uma maior aproximação da população, devido à pandemia COVID-19, o grupo decidiu reunir via videoconferência com três pessoas utilizadores do Barreiro de diferentes ocupações, sexos e idades. Com recurso a este método participativo, foi possível identificar as maiores preocupações e necessidades pelos olhos dos locais e posteriormente encontrar o equilíbrio entre o que de facto faz falta no espaço e o que é que se pode potencializar.

LUGAR DE TRANSIÇÃO



Figura 3.2 – Lugar de Transição

Este é um dos principais momentos de chegada ao novo eixo estruturante (figura 3.2). Aqui passa a ser possível iniciar um percurso que além de ser o conector entre o Norte e o Sul das margens das linhas de caminho de ferro, é também uma forma de aproximar os bairros envolventes. Ao iniciar o percurso vindo do lado poente, junto da estação fluvial, onde atualmente se encontram fachadas cegas pertencentes às Oficinas da CP, poderão encontrar-se fachadas que se tornam telas para os artistas plásticos expressarem a sua arte. Os residentes na ADAO em conjunto com algum tipo de atividades públicas que se possam organizar, serão convidados a colorir e a dinamizar estas paredes vazias e a trazer alguma cultura ao espaço público. Ainda relacionado com a ADAO, nas traseiras da mesma será possível encontrar um anfiteatro integrado no declive do Bairro da Recosta que ao olhar para o palco, este terá os panos de fundo móveis pelo desenho dos carris. Assim, pretende-se que a vertente patrimonial esteja incorporada nas diversas atividades desenvolvidas ao longo do eixo. Este anfiteatro, além de estar assente no solo da Recosta, pretende oferecer aos moradores a possibilidade de estes participarem na dinamização cultural pela ótica de “ser e ser visto” no sentido em que se torna possível assistir às performances apenas por estar à janela. Para conectar fisicamente o bairro ao espaço público, é criado um acesso integrado nos edifícios da ADAO.

No decorrer do percurso, ainda em contacto com o Bairro da Recosta, mas já com vista para a Rotunda das Locomotivas, serão desenhadas e potencializadas hortas urbanas com a finalidade de aproximar a população à tradição agrícola presente na memória do Barreiro. Assim, aos que tiverem interesse, será atribuído um lote de terreno onde os hortelãos serão convidados a cultivar e a vender os produtos de uma forma sustentável. O principal espaço dedicado às hortas encontra-se a ladear, apesar de já no declive, o jardim infantil

“O Comboio”. Neste sentido, pretende-se que as crianças sejam atores ativos na vida desta fração do Novo Eixo Ferroviário adquirindo espírito de comunidade e de vida em sociedade. A acompanhar estes os lotes de terreno, estão sempre presentes cartazes informativos que expliquem o processo de cultivo dos vegetais em questão e um QR Code com acesso à agenda online onde será divulgada a quantidade de produtos que estão disponíveis para venda ou troca no mercado semanal. Esta agenda online irá ainda ser o lugar onde todos os eventos a decorrer no Novo Eixo Ferroviário.

Quanto à vertente patrimonial, a zona correspondente à Cocheira – Rotunda das Locomotivas, está tornar-se-á um lugar de memória. Neste sentido, pretende-se criar dinâmicas que ativem o espaço pela introdução ao passado histórico e a sua importância para a região. Além disto, e aproveitando a carácter arquitetónico distinto do edifício, este será também um espaço de comércio e restauração que pretende ser um ponto de paragem para os utilizadores do eixo ferroviário. Adjacente a este, existe um outro edifício com significativo valor patrimonial – o Armazém de Viveres. Apesar de destruído por um incêndio no século XX e de atualmente se encontrar em ruínas, pretende-se a reabilitação da construção para que ali se implante o primeiro de três edifícios pertencentes ao novo polo administrativo que se encarregará da gestão do novo espaço público, à semelhança do que acontece nos Estados Unidos no Atlanta BeltLine. Este espaço quer ainda afirmar-se como lugar de cocriação potencializando a participação pública de todos os envolvidos na cidade.

No espaço de transição entre a zona da cocheira e a área b. da intervenção, está prevista a reabilitação do antigo edifício dos dormitórios da CP num hostel existindo já definido o plano de um restaurante e consequente reorganização do trânsito. Aqui, o projeto pelo grupo proposto quer que os carros percam a prioridade que ganharam no espaço urbano nos últimos anos tornando o peão o ator principal.

RECREIO VERDE



Figura 3.3 – Recreio Verde

O Recreio Verde (figura 3.3) rege-se pela máxima de ser um bosque urbano. Ao longo de todo o processo participativo onde questionamos a população sobre o que é que sentiam falta na cidade, a maioria sempre mencionou espaços verdes. Contudo, acreditamos que o que as pessoas precisam vai um pouco mais além disso no sentido em que o espaço verde

deve ser pensado para ter uma determinada ocupação. Assim, prevê-se a integração de arte urbana como *beacon* – um sinalizador atrativo que motive as pessoas a deslocarem-se ao lugar. A arte move as pessoas e quando se torna interativa, move multidões. Ao longo da história da arte, principalmente nos anos mais recentes, têm-se vindo a provar que quanto mais as pessoas são levadas a participar na obra de arte, mais acabam por se relacionar com ela, desenvolvendo um sentido de pertença e de estima. Assim, e tendo em vista a proximidade a polos habitacionais, acredita-se que o eixo ferroviário deve ser pontualmente marcado com momentos de artes que as pessoas possam utilizar oferecendo um *Adults Playground*, como acontece no caso de estudo *Superkilen* dos BIG, *Topotek* e dos *Superflex* em Copenhaga, Dinamarca. Este momento de referência será um labirinto inspirado nas instalações de Richard Serra e terá como mote o facto de ser uma reflexão sobre as fronteiras e os limites existentes no território. De modo a aumentar o potencial deste retiro que se pretende maioritariamente vegetal, desenhou-se ainda um parque para cães e uma sala de aulas a céu aberto.

Nesta área, podemos encontrar, junto à entrada ponte do Bairro das Palmeiras, um edifício pertencente às Infraestruturas de Portugal que de momento se encontra devoluto. Devido à proximidade da Escola Básica D. Luís Mendonça Furtado e às diversas áreas residenciais, espera-se que este seja o segundo de três edifícios do polo administrativo. Enquanto o primeiro – a ocupar o Armazém de Víveres, se encarrega da participação pública para a cocriação do espaço, este segundo centra-se no apoio à evolvente no sentido de ser uma oficina suja. Para fomentar a cultura das artes, é dada à comunidade a oportunidade de terem um espaço onde podem ser criativos sem restrições.

UM BAIRRO PARA TODOS



Figura 3.4 – Um Bairro Para Todos

A transição para a área residencial não se pretende invasiva – o objetivo da intervenção passa por criar relações integradas na cidade criando conectores das diferentes áreas que movem a mesma. Neste sentido, o Bairro das Palmeiras (figura 3.4) encontra-se separado do Alto do Seixalinho pelas linhas de comboio. Com a intervenção, as linhas deixam de ser barreiras físicas uma vez que se encontram integradas no solo criando uma continuidade no pavimento e novos percursos que estabelecem ligações. O título “Trazer o Bairro à Rua” inspira-se na tentativa de parar a segregação existente dentro do vasto parque habitacional

do município criando pontes para a comunicação e interação entre os mesmos. Assim, o Bairro das Palmeiras torna-se o foco desta área de intervenção sofrendo ele a maioria das alterações. Em memória à cultura local e às associações, é desenhado um campo de chinquillo que permitirá a troca de conhecimentos intergeracional. Para maximizar a vivência neste lugar, são ainda projetados alguns elementos ativadores da economia local – um mercado local, um quiosque com esplanadas associado a um parque infantil e, por sua vez, associado ao jardim infantil existente atualmente no próprio bairro.

O Bairro das Palmeiras é de gênese não planeada tendo ele aumentado exponencialmente nos anos 50 com os fluxos migratórios causados pela mão de obra precisa para o complexo industrial. Assim o bairro desenvolveu-se de forma orgânica sempre em volta de duas estradas principais – a rua 1º de Maio e posteriormente a rua 31 de janeiro. Esta localização fixou pessoas de baixos rendimentos por ter sido construído pelas mãos dos moradores o que levou a que se torna uma área desvalorizada e não desejada pela especulação imobiliária. Contudo, até ao fim dos anos 70, o bairro foi muito querido pelos moradores e apenas depois do fecho da CUF o bairro degradou-se e virou palco da marginalidade.

Este setor da intervenção pretendeu olhar para o “*ghetto*” e repensar os seus acessos. Trazer o Bairro à Rua é a intenção que quer quebrar as barreiras e deixar de separar o parque habitacional desta localização tão rica de potencial.

MEMÓRIA E FUTURO



Figura 3.5 – Memória e Futuro

O troço da Memória e Futuro (figura 3.5) é a entrada de quem faz o percurso no sentido nascente – poente. Aqui a principal intervenção está na valorização do património – ferroviário, arquitetónico, cultural, etc. Neste sentido, pretende-se a recuperação do Espaço L, junto à estação do Lavradio e que seja neste lugar o terceiro edifício do polo administrativo, mas desta vez destinado à cultura do associativismo levando a população ao debate da cidade numa perspetiva de passado, presente e futuro.

Aqui poderá encontrar-se também uma praça onde os ciclistas poderão descansar. Esta praça estará vazia e pretende-se que sejam as pessoas a ocupá-la como quiserem. Isto é, existirá uma estrutura que dispõe de diverso mobiliário urbano e o utilizador será responsável por ocupar o espaço como pretender ficando a seu encargo a proximidade e/ou a distância de outros grupos bem como a orientação face à exposição solar, por exemplo.

É ainda de mencionar que um dos momentos de ativação económica acontece por

via da ocupação de um dos caminhos de ferro, preservando não só a memória como a função. Isto é, pretende-se que uma das linhas seja destinada à utilização por uns carrinhos pedaláveis que permitem conectar o Lavradio (nascente) à Estação Fluvial (poente). Esta estratégia não só permitirá que os utilizadores usufruam do espaço público com uma nova perspetiva como irá ativar a economia uma vez que passará por diversos marcos estratégicos para a economia da cidade.

No extremo da área de intervenção encontra-se um viaduto onde por cima passam as linhas de comboio e por baixo pode encontrar-se o fim da via rápida que permite conectar os automóveis à cidade. Este viaduto, por ser um elemento fundamental à circulação ferroviária, não poderá ser retirado. No entanto, pretende-se utilizá-lo como um pórtico de entrada na cidade marcado com arte urbana. Será uma galeria ao ar livre usada como cartão de visita para o Barreiro.

O BAIRRO DAS PALMEIRAS



Figura 3.6 – Bairro das Palmeiras

Numa segunda fase, no trabalho individual, que decorreu de outubro de 2020 a outubro de 2021, foi realizado o levantamento do habitar quotidiano dos habitantes do Bairro das Palmeiras. O trabalho organizou-se em duas partes – uma primeira que reflete sobre o quadro conceptual e os estudos de caso e uma segunda parte que são as melhorias projetuais ao nível do sistema que é o Bairro das Palmeiras. O bairro, que nasceu associado à Companhia União Fabril (CUF), pela necessidade de alojar pessoas o mais rapidamente possível, é hoje considerado um espaço à margem da cidade e sociedade barreirense.

Os muros e a linha férrea, que o separam da cidade, foram impondo limites ao crescimento deste espaço. Atualmente o bairro tem cerca de 300 casas. Não há registos concretos do número de moradores nem de fogos uma vez que grande parte das habitações são estruturas precárias que não podem ser contabilizadas. Estima-se ainda que cerca de

30% dos lotes estejam vazios e que mais de 60% das habitações ocupadas não reúna as condições dignas de habitabilidade³².

Um dos fatores que levou à escolha do Bairro das Palmeiras, como lugar de intervenção, foi a necessidade de desenhar um projeto de regeneração urbana que permitisse ultrapassar a estigmatização que parece enraizada no bairro. Atualmente, o bairro é descrito como um gueto pelos vizinhos e comunicação social uma vez que cresceu de forma muito rápida, não planeada e sempre limitada pelo muro da antiga CUF e pela linha férrea. As pessoas que para ali foram morar levaram a sua cultura com elas uma vez que provinham de diversas partes do país e do mundo sendo o bairro conhecido por acolher imigrantes (muitas vezes ilegais) nos anos 70 e 80.

A questão que se coloca, neste trabalho, é: como reintegrar o bairro na vida social e urbana do Barreiro, e como expressar e potenciar positivamente a sua identidade.

A resposta passa, conforme argumentado no capítulo anterior, por articular conceitos mobilizadores e uma prática de transformação assente na ideia de bairro inclusivo, um espaço residencial para todos, através do desenvolvimento de estratégias de habitação mista. Isto é, partindo da inspiração que alguns estudos de casos europeus e americanos propiciam, projeta-se a ideia de um bairro inclusivo que oferece opções habitacionais para diversas classes socioeconómicas viverem em comunidade.

A estratégia passa pela reabilitação de imóveis que depois de recuperados permitirão que 20% da renda seja destinada a um fundo para manutenção e aquisição de novos fogos. Assim, com o passar dos anos, será possível completar a recuperação de todo o bairro atraindo novos moradores e garantindo condições de habitabilidade que os atuais moradores podem pagar.

Note-se que esta é uma proposta alternativa ao Plano Urbano, à escala 1.5000 do Atelier RISCO³³ (2012) que equacionou diversas intervenções para a cidade do Barreiro - nomeadamente no bairro em questão. Esta intervenção, apesar da escala da sua execução não permitir o grau de pormenor suficiente para responder a questões específicas, ou a um olhar para o bairro como alvo principal da intervenção. Tal situação, acaba por conduzir a outras questões como:

- O que irá acontecer aos moradores do Bairro das Palmeiras?
- A história daquele lugar seria apagada?

Questionado, os arquitetos do atelier RISCO, alertou para três situações possíveis para o futuro dos moradores – enquanto arquiteto do setor privado³⁴:

- a. Realojamento em áreas mais afastadas libertando o espaço que do atual bairro para construções de maior valor imobiliário
- b. Expropriação ou compra de terrenos aos atuais proprietários
- c. Integração dos moradores num bloco habitacional a enquadrar no novo bairro.

³² Informação conseguida junto da população.

³³ https://www.risco.org/projects/quimiparque_36 [consultado em 30.10.2021].

³⁴ Questões levantadas num seminário organizado no âmbito do LabTUR em outubro de 2020.

O que estes três cenários têm em comum é que todos os atuais moradores abandonam as suas casas e são sujeitos a viver numa nova realidade distante da que sempre conheceram. Contrariando esta visão, a intervenção arquitetónica proposta para o Bairro das Palmeiras pondera o modo de vida nas antigas vilas operárias e questiona as suas condições de habitabilidade, tendo em vista o projeto do novo corredor verde proposto pelo grupo. O novo eixo estruturante permite ter em consideração a valorização dos terrenos, e estudar hipóteses de desenhar “novas vilas operárias” que promovam a mistura e a integração de diversas classes socioeconómicas visando o fim de quaisquer processos de gentrificação e de realojamento não consensual. Deste modo, o bairro em questão deixará de ser um bairro estigmatizado e será a casa de novos barreirenses, assumindo a sua identidade, passado e futuro.

Desde meados do século XIX que com os fluxos migratórios gerados pela necessária mão-de-obra operária, passou a haver muito mais procura do que oferta de habitação nos grandes centros urbanos. A falta de oferta para a procura gerada e o facto de os novos migrantes serem caracterizados pelas fracas condições socioeconómicas levaram a que “*as camadas mais desfavorecidas da população*”, *trabalhadoras, mas a receber fracas salários, se vissem obrigadas a viver em “condições de alojamento deprimentes (...) na maioria das vezes em pátios insalubres”*³⁵.

Nuno Teotónio Pereira, Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994 (3º), p. 509

«(...) da habitação das então chamadas classes laboriosas ninguém cuida»

No Bairro das Palmeiras, paredes meias com a Companhia União Fabril CUF, os pátios e vilas eram os dormitórios dos trabalhadores, com gentes providas um pouco de toda a parte, onde o associativismo foi a forma de traduzir as suas origens.

Nuno Teotónio Pereira, Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994 (3º), p. 511

«A tipologia dos pátios é por de mais diversificada, exatamente porque se trata, na maioria dos casos, de aproveitamento de espaços aí existentes. E nos casos de construção de raiz, deliberadamente com essa finalidade, essa tipologia não se distingue muitas vezes das vilas que mais tarde surgiram»

35 Nuno Teotónio Pereira, Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994 (3º), p. 509

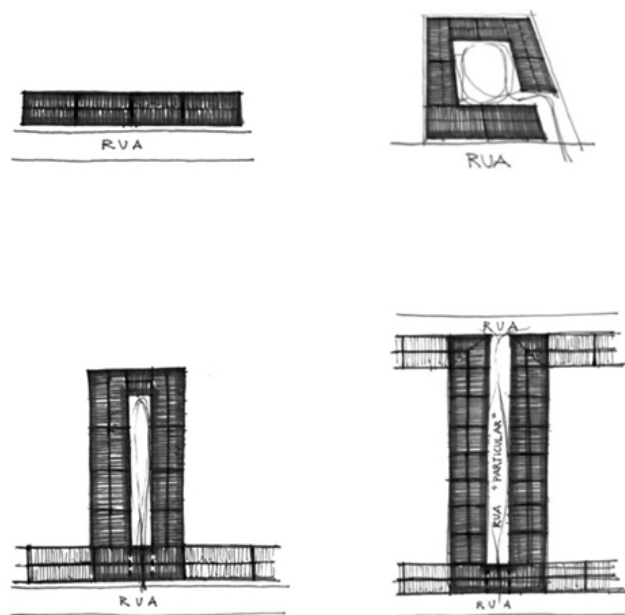


Figura 3.7 Esquema tipológico dos pátios. Cimo à esquerda: correnteza para a rua; cimo à direita, com pátio interior; baixo à esquerda: a formar um corredor interior cercado de apartamentos; baixo à direita: pátio entre duas ruas principais formando uma rua “privada” cercada por apartamentos. Fonte: Vilas Operárias em Lisboa – A Emergência de Novos Modos de Habitar – O caso da Vila Berta, Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura por Sónia Pinto, IST-UL, Novembro 2008.

Existem diversas morfologias (Figura 3.7) de pátios e vilas na cidade de Lisboa que acabaram por inspirar o desenvolvimento dos pátios e vilas no Barreiro. A morfologia adapta-se ao espaço sobrance na cidade e a maioria partilha um espaço comum interior. No Bairro das Palmeiras, os pátios e vilas operárias de génese ilegal é evidente o máximo aproveitamento do território, de modo a conseguir o maior lucro possível, sem quaisquer preocupações com as condições de vida dos moradores. Os proprietários dos terrenos, permitem o desenho de novas estruturas nos pátios interiores de forma que se desenvolvam mais fogos, aliciados pelo pagamento de rendas mais baixas. No espaço adequado para uma casa, podem viver mais de duas famílias. É comum que as casas de apenas 1 piso com um 1 ou 2 fogos sejam aumentadas para mais pisos de modo a passar a ter 3 ou 4 fogos. Esta prática de sobreocupação das habitações não é algo exclusivo dos pátios e vilas, mas algo que se verifica nas famílias de baixo rendimento³⁶.

No Bairro das Palmeiras, a grande procura vs a escassa oferta, acabou por gerar movimentos de subaluguer e de casas pré-fabricadas sem as mínimas condições de habitabilidade, condições precárias que não são as reconhecidas para a habitação de um cidadão de um país desenvolvido como Portugal. Interiores de quarteirões ocupadas com estruturas abarracadas às quais muitos chamam de casa, pavimentos interiores em terra batida e a falta de condições energéticas são o cenário de vida de alguns destes barreirenses. Apesar deste cenário, estes, quando questionados, se gostariam de abandonar o bairro para ir viver para

³⁶ Documentário disponibilizado em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/reabilitacao-da-freguesia-do-castelo/> [consultado em 31.10.2021]

um sítio melhor - a resposta é geralmente: não!

Ao contrário do esperado pelos arquitetos dos processos *top-down*, os moradores defendem que é ali que encontram as pessoas que os viram crescer, foi ali que nasceram e ali hão de morrer..., mas será a insalubridade o preço justo a pagar por tais condições de vida?

É relevante notar, como é salientado por Alves (Alves,2020) que em meados dos anos 1970s uma grande proporção de habitação de uso permanente em Portugal não possuía água corrente (47%), banho ou chuveiro (32%), saneamento (58%) e esgotos (60%). E que os movimentos de êxodo rural para as grandes cidades e os de retorno de centenas de milhares de refugiados que fugiam das lutas pela independência das antigas colónias portuguesas (Moçambique, Angola e Guiné-Bissau) aumentaram dramaticamente os problemas habitacionais, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto onde passou a ser particularmente visível a proliferação de bairros de barracas. Imediatamente a seguir à revolução (em agosto de 1974), o Fundo de Fomento da Habitação, reconhece as dificuldades de lançar programas convencionais de construção a curto prazo, criando um corpo técnico local, designado por Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) com o objetivo de apoiar as iniciativas da população mal alojada que pretendem colaborar na transformação dos seus bairros (em colaboração com as brigadas técnicas locais que eram compostas por arquitetos, assistentes sociais, ativistas, etc.).

Em 1976, no momento pós 25 de abril, é consagrado o direito à habitação, com uma implementação prática muito limitada até aos dias de hoje.

Decreto de Aprovação da Constituição n.º CRP 1976 de 10-04-1976 - PARTE I - Direitos e deveres fundamentais/ TÍTULO III - Direitos e deveres económicos, sociais e culturais/ CAPÍTULO III - Direitos e deveres sociais - Artigo 65.º - (Habitação)

«Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar (...).»³⁷

Por esta altura, entre os anos 70 e 80, a CUF prosperava e tinha necessidade de recorrer cada vez a mais mão de obra. Assim, cresceu também a necessidade de desenvolver condições para a habitação operária e por consequências – as vilas operárias no Bairro das Palmeiras.

Nuno Teotónio Pereira
In Análise Social: Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930 – a promoção privada do alojamento operário; vol. XXIX (127), p.510

«As camadas mais desfavorecidas da população (...) viam-se, assim, na contingência de terem de sofrer condições de alojamento deprimentes, albergadas (...) a maioria das vezes em pátios insalubres. Foi aí que a iniciativa privada começou a interessar-se pela situação, com a construção das vilas operárias, onde as condições não seriam tão miseráveis e que dariam, provavelmente, bons lucros aos investidores.»

37 Decreto de Aprovação da Constituição n.º CRP 1976 de 10-04-1976 - PARTE I - Direitos e deveres fundamentais/ TÍTULO III - Direitos e deveres económicos, sociais e culturais/ CAPÍTULO III - Direitos e deveres sociais - Artigo 65.º - (Habitação) in http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node_id&value=249048

A escolha do local deve-se a três razões: primeiro, a proximidade ao local de trabalho (CUF); segundo, por ser um terreno pertencente ao empregador; e por último, o desinteresse da zona no mercado imobiliário devido à implantação cercada pela linha de caminhos de ferro e pelo complexo industrial. Isto é, sem qualquer planeamento urbano por parte dos municípios e sem qualquer desenho de conjunto, que pensasse o bairro a uma escala mais alargada, este foi crescendo deixando revelar duas estradas principais. A primeira pedra, lançada para construir o primeiro conjunto de casas na Rua 1º de Maio – a rua mais a norte do bairro e também a rua mais próxima da CUF, com acessos pedonais à mesma – foi o início de um bairro que ainda hoje não se deu por concluído. Este está em constante transformação e esse modo é a sua genesis (figura 3.8).



Figura 3.8 – Principais eixos sobre os quais se construiu o Bairro das Palmeiras. Imagens: Google Earth Pro.

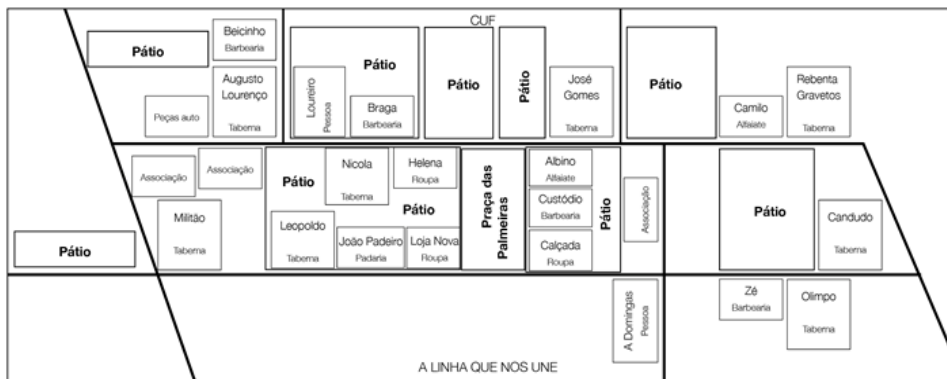


Figura 3.9 - Bairro das Palmeiras pela descrição escrita dos moradores nos anos 80.

O Bairro das Palmeiras, foi outrora fonte de vida – pelas diversas classes etárias lá presentes como pelas atividades lá realizadas que chamavam pessoas de toda a cidade (figura 3.9) . Este modo de ver o bairro, com os olhos de antigamente, é algo que se procura hoje em dia para que estas zonas não caiam no esquecimento e se deixem apagar das memórias coletivas. Para isso, é necessário seguir alguns passos que pretendem devolver o

Bairro das Palmeiras à cidade que o acolhe há mais de 100 anos.

Primeiramente, é necessário quebrar as barreiras existentes e que limitam o bairro à sua área atual. A Norte, a barreira imposta encontra-se levantada pelo muro que antigamente cercava todo o complexo operário, mas que hoje não tem mais essa função. É, portanto, preciso conseguir algumas aberturas para que a permeabilidade entre o bairro e todo o complexo seja possível. As aberturas pensadas darão um mais fácil acesso entre a Escola Básica D. Luís Mendonça Furtado e o Arquivo Ephemera. Esta ligação enraizará a cultura nos jovens e ao mesmo tempo irá atrair novas pessoas a cruzarem o bairro.

A Sul, o Bairro das Palmeiras encontra-se atualmente limitado pela linha de caminhos de ferro. No entanto, com o projeto de A Linha Que Nos Une será possível desativá-las e transformá-las em passeios pedonais e cicláveis para os barreirenses. Composto por percursos que mantém a memória dos caminhos de ferro, o corredor verde estruturante pretende ser a conexão entre o norte e o sul da cidade no sentido em que deixar de ser uma fronteira. Esta transformação pretende que o bairro fique conectado ao restante parque habitacional presente no município, mas principalmente que crie uma relação de proximidade com os vizinhos bairro do Alto do Seixalinho.

A Linha Que Nos Une, pretende ser um espaço de continuidade entre os bairros e entre a zona norte/sul da cidade do barreiro. Este elemento conector só conseguirá realizar a sua função se for um elemento permeável e que se consiga integrar no bairro e o bairro nele. “Um Bairro Para Todos” foi o desafio proposto numa das quatro áreas do eixo. O objetivo, além de conectar os vizinhos, é fazer com que as pessoas passem a experienciar de forma positiva o espaço público e que o mesmo seja um lugar reconhecido pelos moradores e visitantes. O objetivo é deixar o espaço verde entrar no bairro e dar-lhe continuidade apesar de se assumirem duas realidades distintas, assumindo um sistema completo para a vida humana.

O Bairro das Palmeiras é hoje em dia um bairro parado, sem atividade que vive apenas como espelho da criminalidade e do abandono. Para combater este estereótipo pretende-se agora a ativação do mesmo pela execução de diversas atividades e experiências sociais de forma a permitirem que o espaço fique em evidência e que as pessoas possam re-conhecer o bairro onde nasceram e foram criados. Para isto, pretende-se que haja a dinamização em diversas vertentes, nomeadamente a desportiva e a cultural por meio do associativismo. Deste modo será possível envolver diversos intervenientes e dar-lhes em simultâneo a sensação de pertença de um bairro que é deles. As associações locais, deste modo, serão também agentes protagonistas da mudança uma vez que serão elas os veículos principais para chegar aos moradores. Por exemplo, onde há associações de chinquilha, fazer com que haja torneios dentro da comunidade ou dias abertos para que os mais novos possam conhecer estes desportos que está a cair em desuso. Mostrar e promover a cultura intergeracional partilhando aquilo que foram experiências de outros tempos.

Estas atividade irão trazer as pessoas à rua e ao mesmo tempo irão fazer com que os moradores se exponham à vida em comunidade. Se o objetivo desta proposta passa por conseguir uma maior unificação entre moradores, proporcionar uma maior abrangência entre aquilo que é a vida privada e pública é a chave principal.

Com isto, pretende-se que o Bairro das Palmeiras volte a ter acesa a chama que

outrora teve. Um bairro ativo e com voz na vida da cidade é o que se pretende para as comunidades de 2030 e para isso, à semelhança do que aconteceu, por exemplo no Bairro Alto do Moinho em Lisboa, procedeu-se à criação de uma associação de moradores que se encontra predisposta a debater e a defender os maiores interesses quer da população quer do bairro em si. Com a criação desta associação, o bairro passa a ter um espaço de debate que permite perceber quais são os pontos que de facto devem ser alterados para alcançar o bom funcionamento da comunidade. Esta associação, além de defender os interesses dos moradores, vai também estabelecer objetivos e etapas para a vida em comunidade no sentido em que se estabelecem assim estratos para aquilo que é a vida privada/ pública; isto é, a definição do que acontece nos vazios urbanos, de qual a ordem a seguir para a remodelação das habitações (ver capítulo seguinte), quem faz a gestão das taxas de ocupação; etc.

Esta associação e este bairro deixam de ser entidades individualistas e passam agora a acontecer como um todo. Pretende-se um bairro que seja uma comunidade e uma associação que seja a porta-voz de todas as pessoas lá presentes.

Existe um paralelo muito grande entre o que acontece dentro e fora de portas. A proposta presente neste trabalho permite que haja continuidade entre o espaço público e a vida na própria habitação. Esta relação está estabelecida pelo interior dos quarteirões onde se pode encontrar diversas atividades sociais. Isto é, nos diversos espaços vazios existentes no bairro, podemos encontrar propostas de dinâmicas de ativação do espaço (figura 3.10).



Figura 3.10 – Dinâmicas de Ativação do Espaço Público.

Foram desenhados espaços que ponderam as vivências para todas as idades (figura 3.10). Na área desportiva, foram criados dois lugares que pretendem atrair principalmente os jovens que adotam modalidades individuais e coletivas. Um dos espaços, o mais a sul próximo da Escola Básica, é um parque de skates que pretende ser o elemento conector entre a Linha Que Nos Une e o próprio bairro. O outro espaço, desta vez a Norte e implantado na conexão entre o bairro e o espaço industrial da CUF, oferece campos de basquete para usufruto dos moradores e dos vizinhos. As paredes representadas a vermelho são paredes oferecidas aos moradores para a prática do graffiti, algo mencionado pelos moradores como sendo um problema. Os jovens, quando não têm paredes que lhes foram destinadas a pintar, acabam em ações de vandalismo. Se lhes for destinado um espaço, podem ser os artistas do bairro e ao mesmo tempo é iniciada uma sensação de apropriação e de preservação.

Outro espaço desenvolvido nos vazios foram as hortas urbanas. Situadas num dos maiores interiores de quarteirão, as hortas são de utilização pública pelos moradores onde cada um se pode candidatar a um período de tempo de uso. Essa gestão é feita pela associação de moradores que faz também a divulgação e o mercado dos produtos ali plantados. As hortas, por se encontrarem paredes meias com os pátios das habitações, são elas uma continuidade das casas.

À semelhança das hortas, também os espaços arborizados do interior dos quarteirões são conexões entre o interior e o exterior das casas. Isto é, estes terrenos privados são continuados para o espaço público e vice-versa. Estes espaços resultam em praças e lugares de estar que permitem, de certa forma, estar em privacidade e ao mesmo tempo estar integrado na vida do bairro.

A acompanhar as praças podemos ainda encontrar zonas infantis que à semelhança daquilo que o arquiteto Aldo Van Eyck fez, permite que o espaço seja multifuncional onde as crianças são livres de escolher o que querem fazer. Existem objetos no espaço público que podem ser aproveitados de diferentes maneiras consoante as idades e a disposição.

Com estas alterações, o bairro fica mais virado à vida em sociedade e em comunidade o que irá enriquecer e potenciar a habitação. O interesse público será fomentado e isso irá colocar o BP no plano habitacional da cidade do Barreiro e não posto à margem como hoje se encontra.

03.2 | A Cooperativa como resposta à habitação

O Bairro das Palmeiras, com este novo projeto de intervenção urbana e humana (figura 3.11), terá que enfrentar novos desafios, nomeadamente a gestão da Associação de Moradores, empenhada na manutenção e controlo dos novos espaços públicos e privados.

A cooperativa que se apresenta, neste estudo, é inspirada no papel das associações de moradores para criar alternativas de regeneração urbana, como Atlanta BeltLine, no Bairro do Alto do Moinho em Lisboa ou o Bairro da Malagueira em Évora. Nos Estados Unidos, a Tax Allocation District é responsável por cobrar uma parte extra nas rendas para a criação de um fundo comunitário. Este, é usado posteriormente para a aquisição e melhoramento de novas habitações para que estas sejam de novo devolvidas ao mercado imobiliário a preços acessíveis onde diversas classes socioeconómicas possam habitar.



Figura 3.11 – Bases de desenvolvimento no Bairro das Palmeiras

O desenho proposto, tem na Praça Central, a sede da cooperativa da Associação de Moradores partilhada com o Centro Cívico num edifício. Este espaço quer ser o coração do bairro devido à sua implantação, mas também devido aos princípios que aqui serão desenvolvidos. O edifício, que ocupa as antigas instalações do jardim de infância do Bairro das Palmeiras e os antigos balneários públicos, será o abrigo dos moradores enquanto as suas casas estiverem em obras de requalificação para que possam ser o conforto dos moradores.

Uma vez que existirão diversas casas em obras, ao longo do processo de regeneração, o centro cívico será um espaço de encontro e morada dos habitantes durante as intervenções nas casas. O centro cívico quer ser o lugar de estágio das novas relações humanas dos moradores do Bairro das Palmeiras, para tal terá espaços comuns a partilhar entre todos, uma estrutura efêmera em constante transformação. Aqui serão desenvolvidas novas competências sociais para que havia um empírico de comunidade entre todos. Será um incentivo a aproximar as famílias e evitar o isolamento entre partes do bairro no sentido de o tornar um todo.

Na associação de Moradores, serão tomadas decisões sobre o que acontece no bairro e é feita a gestão das atividades a desenvolver – por exemplo, na organização dos mercados para a venda dos produtos produzidos nas novas hortas urbanas. Organizada pelos próprios moradores e com apoio da autarquia, à cooperativa compete a criação de um fundo monetário, à semelhança do que acontece na intervenção da Atlanta BeltLine, provindo de uma percentagem de 25% das rendas dos moradores. Esse fundo, permitirá o desenvolvimento das casas abandonadas no bairro, bem como, possibilitará que as casas já ocupadas possam ser melhoradas quando os próprios moradores não tiverem possibilidades financeiras de o fazer sozinhos.

Habitação evolutiva como resposta ao problema da sustentabilidade social | 03.3

O bairro apresenta mais de trinta tipologias de construção, mas há uma que se destaca por se repetir mais vezes (figura 3.12). A casa simples, de piso térreo, com duas janelas e uma porta viradas para a rua principal e com um pequeno pátio nas traseiras onde por vezes cresciam anexos para subalugar (figura 3.13). Este tipo de casa é datado e não corresponde às necessidades de habitação das famílias do século XXI por duas razões: não cumpre as áreas mínimas e não se consegue garantir a privacidade de todos os elementos da família. Uma casa com cerca de 30m² não consegue garantir a qualidade de vida a uma família de quatro pessoas e é isso que se verifica em muitos casos do Bairro das Palmeiras.

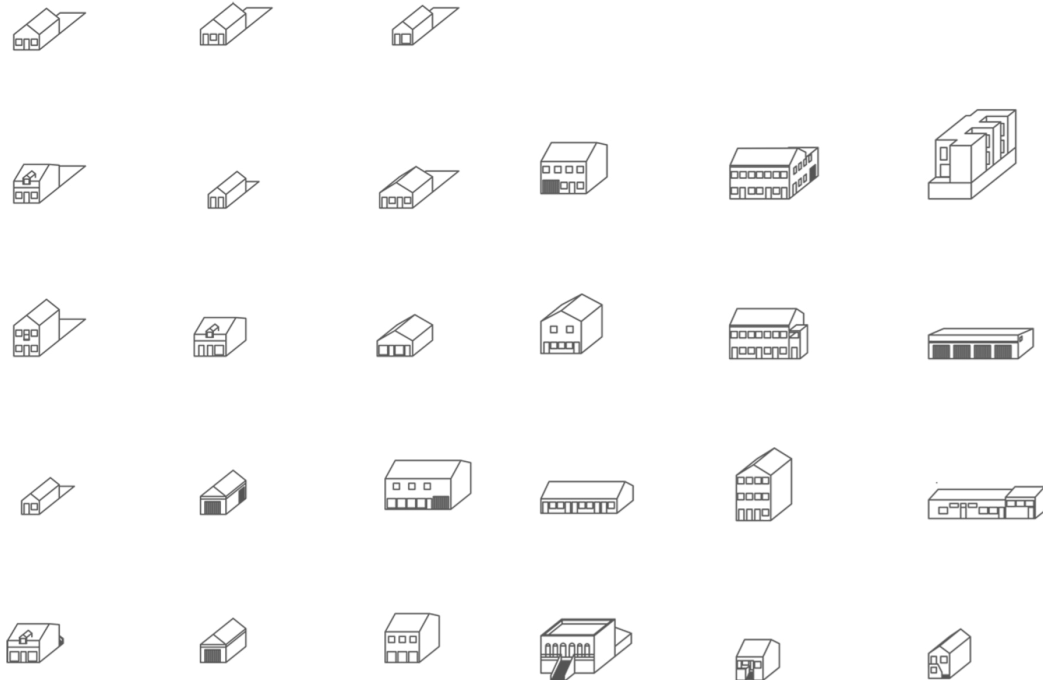


Figura 3.12 - Tipologias presentes no Bairro das Palmeiras

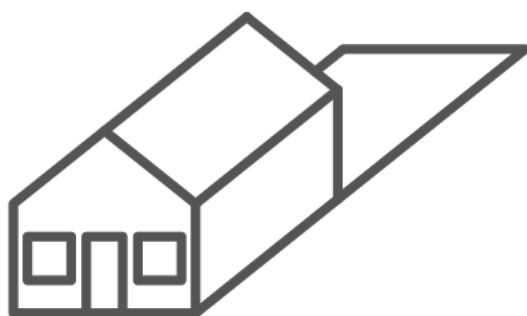


Figura 3.13 – Casa mais comum no BP

Em conversa com diversos moradores, foi possível aferir que as casas além de mal distribuídas – idosos sozinhos em casas de cinco quartos e famílias de sete pessoas em casas de 2 quartos de 6m² cada – não têm condições de salubridade.

Muitas das casas, felizmente não a maioria, não tem acesso a um chuveiro e daí o programa Bairros Saudáveis quer implantar novos balneários de utilização pública. Contudo, se o problema fosse resolvido na origem, tais decisões não seriam necessárias e talvez se conseguisse que a mudança começasse nos moradores. A proposta de intervenção que se apresenta com base numa lógica de habitação evolutiva, contempla a melhoria da habitação em duas fases. Uma primeira fase, a requalificação das casas devolutas ou em mau estado de conservação. Numa segunda fase, a requalificação das vilas operárias ocupadas, recuperando também o espaço restante do interior do quarteirão.

No caso das habitações ocupadas, o processo inicia-se pelo realojamento dos moradores no centro cívico e posteriormente dá-se início às obras. A metodologia passa por um gesto de habitação evolutiva, isto é, permitir que as pessoas desenhem as casas à medida das suas necessidades. Contudo, e tendo em conta a reduzida área das mesmas, o primeiro passo é acrescentar um piso superior. Isto leva ao aumento do número de quartos e assim ao possível aumento da família. Depois, uma vez que a casa tem mais espaço útil, é possível desenhar novos compartimentos e dar-lhe novas funções, nomeadamente escritórios ou espaços de estar comuns. Após crescer no sentido vertical, há ainda a chance de a casa crescer horizontalmente para o pátio privativo que lhe pertence. Uma vez que o objetivo do bairro passa por conectar as habitações ao espaço público exterior restante do interior dos quarteirões, a área privada deixa de ser fundamental para a vivência particular e pode então ganhar-se esse espaço para construção.

Em termos de espaço, a lógica passa por deixar o piso térreo para zonas comuns e passar os quartos para o piso superior. Na proposta desenhada, o primeiro piso pode albergar até três quartos onde dormem confortavelmente cinco pessoas. É de salientar que passam a existir duas casas de banho e uma lavandaria integradas nas casas (figura 3.14).

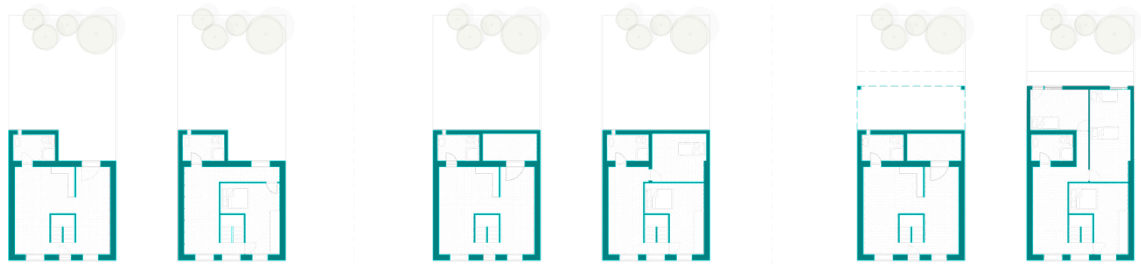


Figura 3.14 Planta do processo de habitação evolutiva. Da esquerda pra a direita (piso 0 e 1º piso): 1ª, 2ª e 3ª fase.

Quanto à parte técnica da construção, o projeto pretende ser de intervenção mínima e evolutiva, isto é, pretende acrescentar, mas não demolir. Para isso, aproveitam-se as paredes estruturantes do primeiro piso acrescentando uma estrutura de aço leve para a construção superior. Segundo as plantas a que nos foi dado acesso, a casa original não é armada o que significa que a estrutura não poderá ser acrescida a partir dos pilares. Por isso, a nova estrutura metálica assenta sobre um lintem regularizado em cima das paredes da casa antiga. A esta peça acrescentam-se os devidos isolamentos termo-acústicos e os acabamentos para que de um ponto de vista exterior não se repare na dualidade construtiva (figura 3.15).

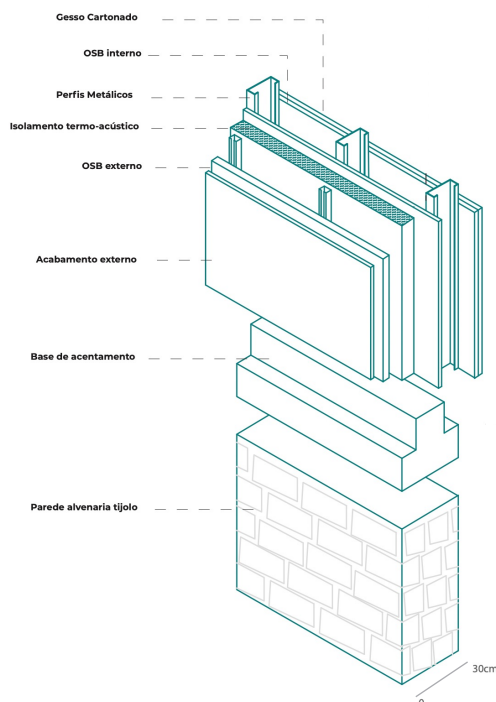


Figura 3.15 – Pormenor construtivo da parede existente em contacto com a parede nova.

No caso do BP, os pátios acontecem em forma de “L” ou em “U” deixando um vazio urbano sem utilização (figura 3.17). Assim, a proposta vem contrariar esta prática atraindo pessoas para ocuparem estes espaços. A construção segue os mesmos princípios da anterior, com um primeiro piso em aço leve mas a ocupação acaba por ser diferente. Os pisos térreos deixam de ser apenas habitação e passam a ser ateliers e lojas de modo a atrair pessoas para o interior dos quarteirões. Já os pisos de cima esses sim destinam-se a realojar os moradores daquele pátio e a pessoas novas que queiram para ali ir morar. A construção na parte superior é modular desenvolvendo-se o apartamento em trono das paredes centrais que albergam o núcleo de cozinha e casa de banho. O acesso às casas no piso de cima é feito pelas escadas tipo bancada – à semelhança do que acontece no Bairro da Bouça da autoria do Arq. Siza Vieira no Porto. Este elemento construtivo irá potencializar que as pessoas observem o que se passa no interior do quarteirão, estando este agora arborizado, com espaço para as pessoas estarem a aproveitar o Bairro das Palmeiras.

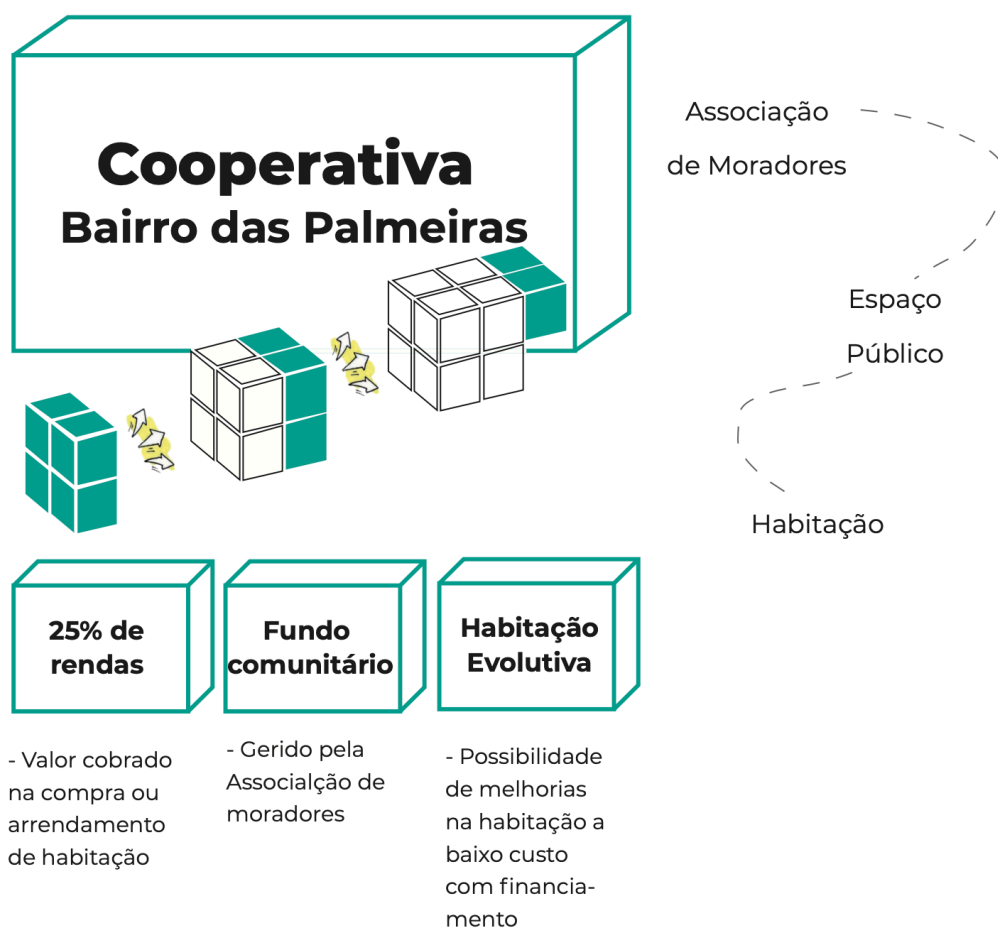


Figura 3.16 – A Cooperativa

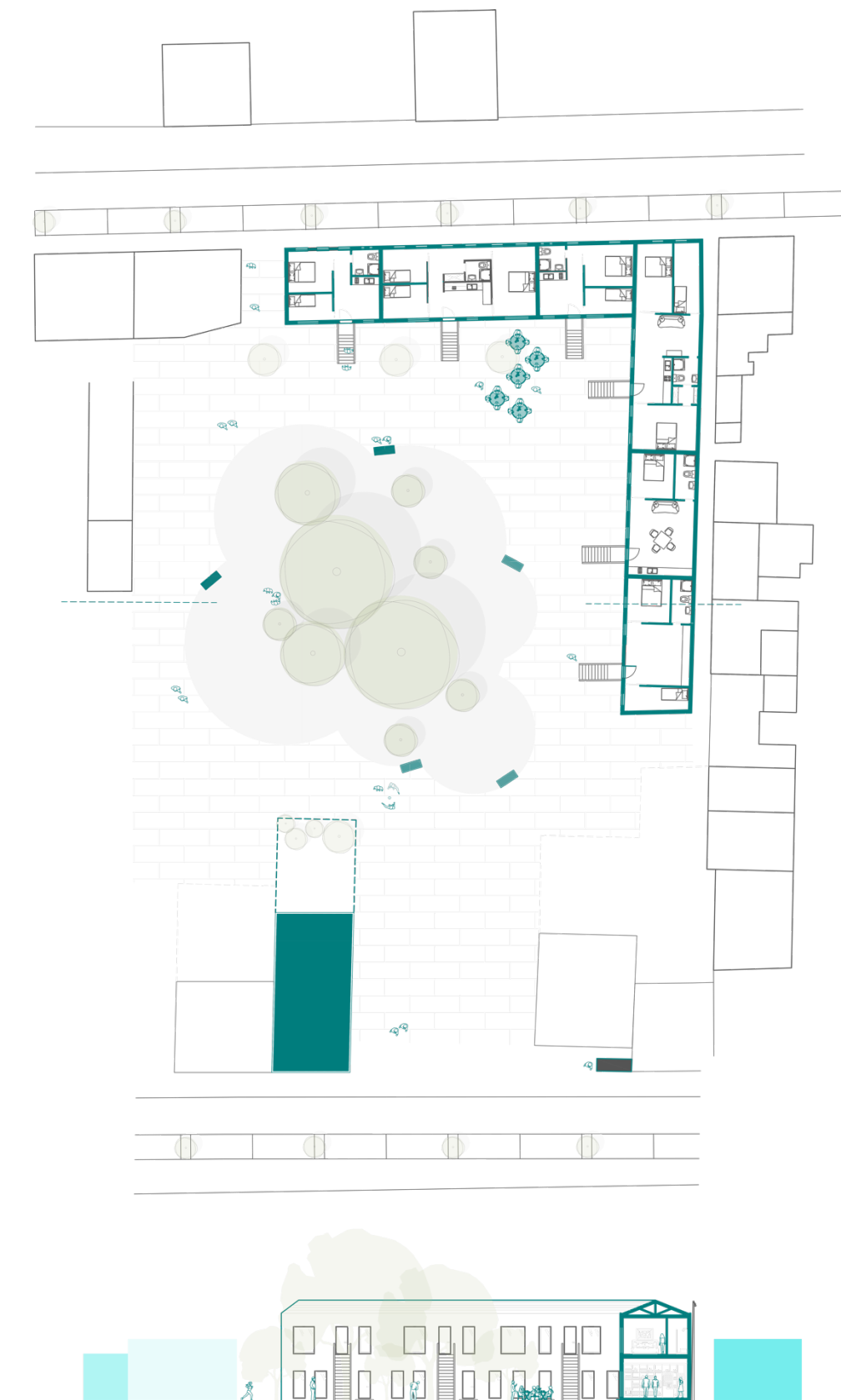


Figura 3.17 – A nova Vila Operária



250

250

250

NOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da habitação é vasto e complexo. Com a apresentação deste trabalho, Um Bairro Para Todos: Habitação Inclusiva e a Sustentabilidade Social, o objetivo passou por melhor compreender o que seria um bairro com lugar para todas as pessoas. Desde a ocupação pelo espaço público até ao poder da habitação evolutiva – um projeto que olha para os desafios a nível social, cultural, urbano e económico.

Iniciou-se o ano com a escola de verão TUR que lançou diversas questões sobre o território que ao longo do tempo os alunos puderam aprofundar. A problemática partiu de três princípios: a) a regeneração urbana da cidade do Barreiro, b) o papel das tecno políticas e das políticas públicas no desenvolvimento a cidade e c) os processos participativos que dão voz aos cidadãos. Estes princípios permitiram posteriormente perceber, de facto, que temática cada aluno queria explorar, e no caso deste trabalho foi selecionada a habitação, e por consequência o espaço público. Para isso, foram selecionados alguns conceitos que permitiram a melhor compreensão da temática a explorar. Conceitos como a regeneração urbana, a sustentabilidade social, o funcionamento das cooperativas, a habitação acessível e evolutiva permitiram chegar a uma resposta mais informada e ponderada aplicada ao sítio, que neste caso, foi o Bairro das Palmeiras no Barreiro. Esta recolha foi fulcral para perceber o que se fala no mundo e em Portugal, no sentido de responder a problemas semelhantes aplicado a cada contexto.

Em ambos os casos de estudo, tanto nos EUA como em Évora, foi possível retirar alguns ensinamentos e aplica-los ao lugar de intervenção. Da Atlanta BeltLine pôde apreender-se a forma como a cidade impediu que a linha de comboio fosse uma barreira na cidade e como a transformou num elo vital para reconectar partes da cidade. Além disso, o sistema de arrendamento onde é cobrada uma percentagem do valor, ensina-nos que a criação de um fundo comunitário pode ser uma mais-valia no momento da requalificação

da habitação. Já no caso do Bairro da Malagueira, foi possível perceber como o desenho da habitação, quando bem conseguido, não precisa de grandes áreas. Basta rentabilizar a área e deixar espaço para que a casa cresça e se adapte aos futuros moradores. Posto isto, cresceu o projeto de Um Bairro Para Todos que quer apresentar propostas de futuro no Bairro das Palmeiras, aplicando os princípios obtidos com o estudo destes exemplos.

Para esta pesquisa, foi também fundamental contar com os moradores e intervenientes no BP. Apenas com as conversas partilhadas foi possível compreender a vida do bairro, nomeadamente o passado e o presente do mesmo. Também entre estas conversas se pode perspetivar o futuro, alterando aquilo que não está bem nos dias de hoje. Os moradores são portadores de opiniões fortes sobre o seu bairro pois residem nele desde que se lembram e por isso mesmo este processo participativo foi fundamentais para espelhar a voz deles.

Quanto ao projeto de intervenção quer a nível do espaço público como o espaço arquitetónico, a nova estratégia passa por requalificar o bairro transformando-o num espaço conector da cidade. Os desafios a que esta nova estratégia respondem são variados. Em termos da rua, o projeto propõe a criação de espaços comuns que irão ocupar o interior dos quarteirões proporcionando espaço de encontro entre os moradores. Quanto ao espaço interior, pondera-se uma cooperativa que é o principal motor da nova proposta de Bairro das Palmeiras. Gerida pelos moradores, é um dos elementos principais para assegurar a segurança e a manutenção do espaço público bem como o seu bom funcionamento. Sem esta gestão, não seria possível o financiamento nem a organização dos moradores para o melhoramento das habitações.

A nova proposta do Bairro das Palmeiras não é uma proposta fechada, sem alterações possível. Uma vez desenhado em conjunto com os moradores, ela pretende estar em constante transformação assim como está o próprio bairro. Para o desenho de um bairro com vida, é preciso mantê-lo atualizado às necessidades dos moradores uma vez que a arquitetura é feita pelas pessoas.

BIBLIOGRAFIA

Agarez, R. (2020). *Habitação Apoiada em Portugal. N°99*, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Almeida, A. (1993), *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro*; Imprensa de Ciências Sociais.

Alves, S. (2015); *O mix social no âmbito das políticas de habitação e de regeneração urbana: uma análise comparada interioanl*, ResearchGate Online.

Alves, S. (2017) *Poles Apart? A Comparative Study of Housing Policies and Outcomes in Portugal and Denmark*, *Housing, Theory and Society*, 34:2, 221-248, <https://doi.org/10.1080/14036096.2016.1236036>

Alves, S. (2019) *Nuancing the international debate on social mix: evidence from Copenhagen*, *Housing Studies*, DOI: 10.1080/02673037.2018.1556785 <https://doi.org/10.1080/02673037.2018.1556785>

Alves, S. (2019). *Planning for Affordable Housing A comparative analysis of Portugal, England and Denmark*. Final Report, Cambridge Centre for Housing & Planning Research, Cambridge. <https://doi.org/10.17863/CAM.46483>

Alves, S. (2020) *Divergence in planning for affordable housing: A comparative analysis of England and Portugal*, *Progress in Planning*, 100536, ISSN 0305-9006, <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S030590062030057X>

Antunes, G. (2018) *Políticas de Habitação: 200 anos*. Caleidoscópio. Novembro

Azevedo, A. (1982). Relatório ao III Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose 1905.

Bandeirinha, J. (2007), *O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974* (Coimbra: imprensa da Universidade de Coimbra

Coelho, A e Reis, A. (2003), *Habitação evolutiva e adaptável*, LNEC, Informação Técnica de Arquitetura ITA 9.

Fernandes, A. (2015), *Sistema modular para uma habitação evolutiva a custos controlados -Uma análise ao Bairro da Malagueira de Álvaro Siza e à Quinta Monroy do Elemental*. Escola Superior Artística do Porto, Julho

Fontainhas, S. (2015), *Lugares com identidade e memória: os pátios e vilas operárias de Lisboa como fundamento de um projeto*, dissertação/ Projeto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura. Lisboa: FAUL.

Geddes, P. (1915). *Cities in Evolution*; William & Norgate, London.

Gehl, J. (2010) *Cities for People*. Washigton: Island Press.

Gehl, J. e Svagarre, B. (2013); *How to Study Public Life*; Island Press New York.

Gili Gafetti, G. (1997), *Pisos Piloto: model apartments: células domésticas experimentais*, Editora Gustavo Gili, Barcelona,

Gomes, M. (2017) *Bairro da Malagueira de Siza Vieira: Fatores de apropriação e construção identitária em torno da casa*. Caleidoscópio. Março.

Gravel, R. (1999). *Belt Line - Atlanta Design of Infrastructure as a Reflection of Public Policy*. The Georgia Institute of Technology

Habraken, NJ. (2000), *Housing for the millions/John Habraken and the SAR (1960-2000)*, NAI Publishers, Barcelona

Lefebvre, Henri (1968), *DIREITO À CIDADE, Le Droit à la Ville*, Livraria Letra Livre.

Lima, M. e Bastos, T.(1898) *HABITAÇÕES OPERÁRIAS*. Lisboa.

Marconi, M. A & Lakatos (2006), E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

Matos, A. Cardoso; (2008) *Paisagem, caminho-de-ferro e Património: espaços, estruturas, imagens e narrativas*. In Cardoso, I. Lopes (ed.) Paisagem Património, Lisboa, Dafne Editora.

Portas, N.(1969). *A Cidade como Arquitetura*. Livros Horizonte. 1º Edição.

Roberts, P., Skyes, H. (2000). *Urban Regeneration A Handbook* (1ª Edição). London: SAGE Publications Ltd.

Rudofsky, B. (1964). *Architecture without Architects. A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*. Albuquerque: University of New Mexico Press.

Romão, J. (2017). *A regeneração urbana através da reconversão de antigos espaços industriais*. Proposta de Projeto Final para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura. Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Salgueiro, T. (1981), *HABITAÇÃO OPERÁRIA EM LISBOA*, Revista de Arquitetura. Lisboa.

Távora, F. Aula nº7, Casa das Artes, Porto

Teotónio Pereira, N. (1994), *Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário*. *Análise Social*, vol. XXIX (127)

UN Habitat (2016). Nova Agenda Urbana. Disponível em: <https://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese.pdf>

Whyte, W. (1980), *The Social Life of Small Urban Spaces*; PPS 2001.

ARTIGOS

Bairro da Malagueira – Conjunto Habitacional (2020) <https://espacodearquitetura.com/projetos/bairro-da-malagueira/>

Bello, A. (2020). Ficar em Casa – Um perigo inevitável. <https://justachangeblog.tumblr.com/post/619893897889464320/ant%C3%B3nio-bello-director-executivo-e-co-fundador-da>

Clássicos da Arquitetura: Quinta da Malagueira, Álvaro Siza (2012) <https://www.archdaily.com.br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza>

Jorge, S. e Varea Oro, H (2021). Soluções para a habitação? Chamem os acrobatas e os jogadores de xadrez. <https://www.publico.pt/habitacao-do-protesto-a-proposta/solucoes-para-habitacao-chamem-os-acrobatas-e-os-jogadores-de-xadrez>

Monteiro, M. (2021). Casas premiadas no centro do Porto afinal serão para arrendamento acessível. https://www.publico.pt/2021/03/27/local/noticia/casas-premiadas-centro-porto-afinal-serao-arrendamento-acessivel-1954997?fbclid=IwAR1099RyYP-JRMz3tA8_tecKiG1XrMt-Bp9Bme_Aur-jAOGNeltzTh90TOQ

No Barreiro – “Os Vermelhos” em festa. “O Bairro das Palmeiras faz parte da história da CUF e do Barreiro” (2006) <https://www.rostos.pt/inicio2.asp?cronica=10629>

Resende, E. (2003). Um gueto chamado Bairro das Palmeiras. <https://www.publico.pt/2003/01/26/jornal/um-gueto-chamado-bairro-das-palmeiras-197576>

WEBGRAFIA

Abitare (consultado em 2021). <https://www.abitare.it/en/research/reviews/2016/03/11/raumlabor-building-the-city-together-en/>

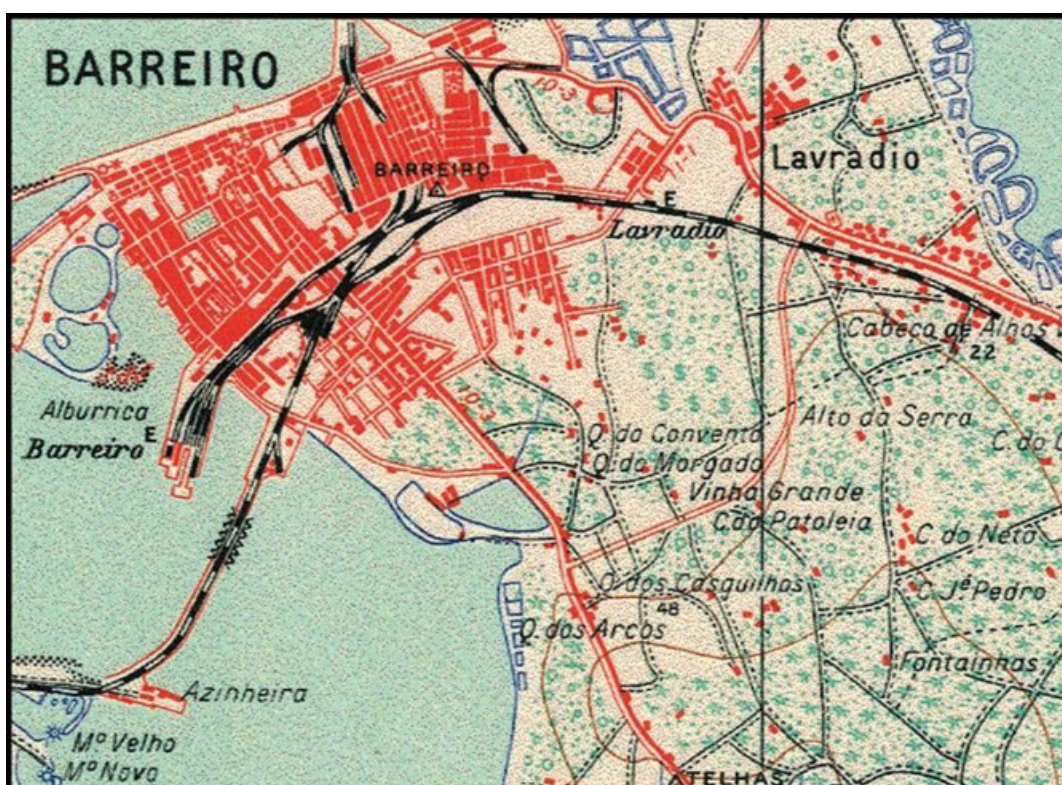
Mapping Public Housing (consultado em 2020). <https://mappingpublichousing.up.pt/en/>

Plataforma Tur (consultado em 2020). <https://turcocreating.weebly.com/plataforma-747185.html>

Portal da Habitação (consultado em 2021). <https://www.portaldahabitacao.pt/web/guest/como-se-candidatar>

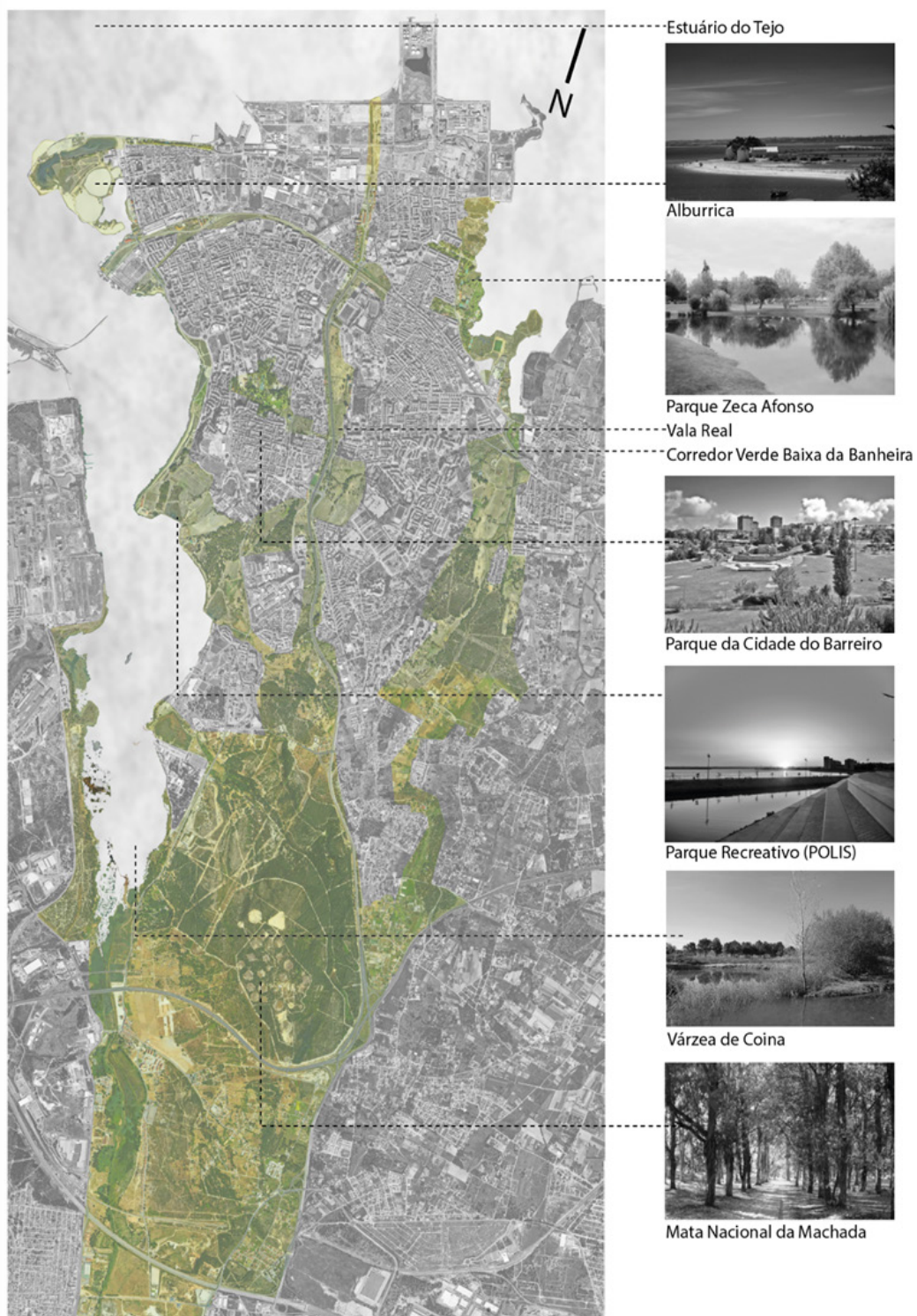
ANEXOS

O impacto da linha de caminhos de ferro no desenvolvimento da cidade | ANEXO A



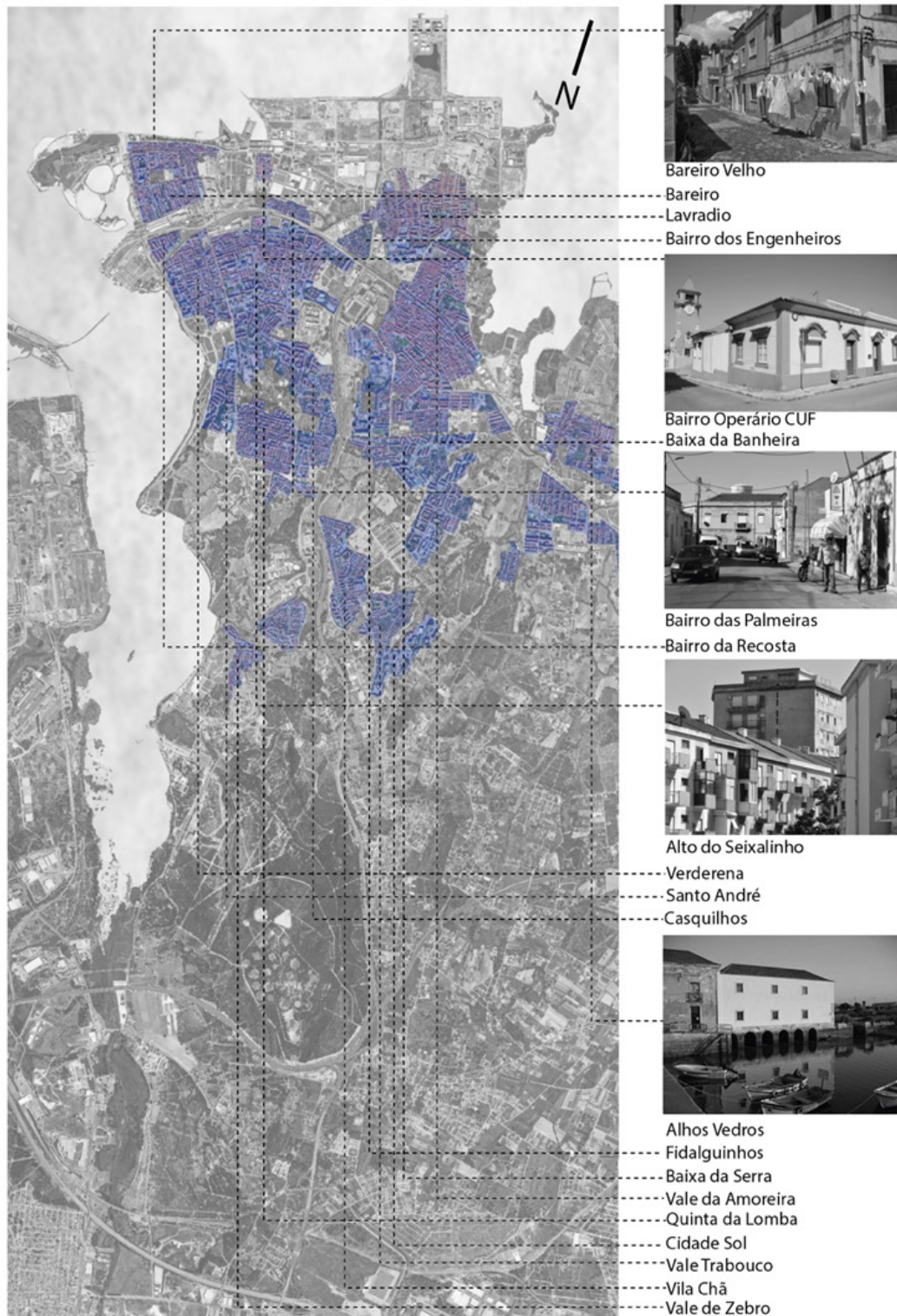
Novo Plano Urbano para a cidade do Barreiro - 1970, Arquivo Municipal do Barreiro

ANEXO B | Impacto e presença do sistema verde



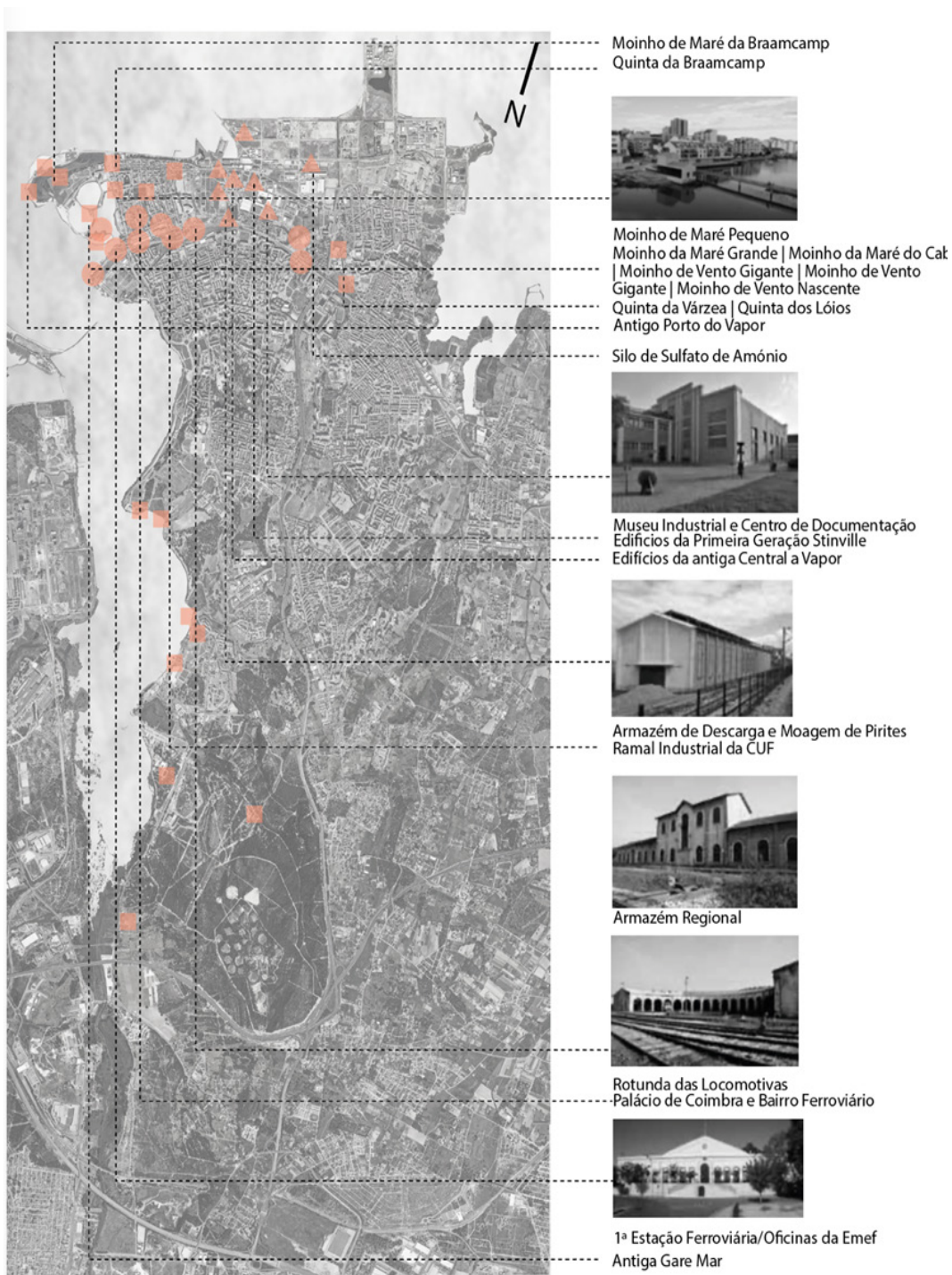
Ortofotomapa com destaque para as áreas verdes da península do Barreiro, pela autora;

Impacto e presença do parque habitacional | ANEXO C



Ortofotomapa com destaque para o parque habitacional, em especial os bairros, da península do Barreiro, pela autora;

ANEXO D | Presença do património



A Linha Que Nos Une | ANEXO E

A LINHA QUE NOS UNE | no todo_nas partes Elisabete Moura | Inês Bispo | João Fernandes | LabTUR

Lugar de Transição
A conexão para quebrar barreiras físicas e sociais através de toda a estrutura ferroviária, destacando-se a integração do enclave da Freguesia de Santa Cruz e a integração da promoção de frentes urbanas tradicionais, e a transição entre o rio e a terra numa mobilidade suave.

Recreio Verde
Convívio com a natureza em que o lazer e o recreio passivo são o mote, onde o "brincar" não tem idades e a participação acontece na promoção de espaços de pausa e descompressão da vida cidadã no coração do Bairro.

Um Bairro para Todos
Quebrar estigmas entre vizinhos e trazer pessoas para a rua, ligar bairros sem paradigmas tornando um único bairro multicultural. Onde as memórias e o espaço da antiga CUF.

Memória e Futuro
Espaço de estúdio e tertúlia onde se cruza todo o conhecimento no passado para as memórias e perspetivas do futuro.

Participar a cidade

Deixar que as pessoas controlem as próprias fronteiras

A QUINTA URBANA

Estação Freguesia

Alameda BeiraLine | Alameda BeiraLine | Jardins da Gubenkian | Parque Caminho Familiar | Jardins da Gubenkian | Block by Block | Bairro das Palmeiras | Marvão RailTrail | Alameda BeiraLine

A Linha que nos Une, painel apresentado na fase de grupos com destaque para as quatro áreas da área de intervenção: a) lugar de transição; b) recreio verde; c) um bairro para todos; d) memória e futuro. Realizado pelos membros do grupo incluindo a autora com a colaboração de João Fernandes e Elisabete Moura;

6 de novembro de 2020

Qual o ponto de viragem no panorama da arquitetura em Portugal?

Há uma história no direito à habitação na constituição da república portuguesa, quem melhor sabe sobre isto é Gonçalo Antunes que escreveu o livro 200 anos de políticas públicas de habitação em Portugal e que faz a história de quando é que a habitação foi tratada nas sucessivas constituições desde a nossa primeira constituição.

O direito à habitação enquanto direito social só é consagrado na Constituição Portuguesa em 1976. Portanto, esse é o ponto de viragem principal que aliás consagra os outros direitos sociais todos: saúde, segurança social, o ensino. Enfim, todos os outros como o direito ao ambiente e à qualidade de vida, etc. Portanto, este é um ponto de viragem importante no qual pude participar diretamente porque fui constituinte. Tive alguma colaboração na redação do artigo 65 da constituição da república e até do artigo 66, que tem a ver com o ambiente e qualidade de vida. Também participei num artigo, mais para a frente, que é sobre a organização de moradores. É um artigo que é muito esquecido, nunca foi desenvolvido em legislação e que consagra o direito da participação dos moradores na solução dos problemas habitacionais. Isto foi muito inovador e digamos que em termos de participação talvez tenha sido inovador na Europa. Portanto isto é importante

Depois há um período importante nesta mesma altura enquanto se está a fazer a constituição surge o programa SAAL. Que é um programa dirigido as comunidades mais pobres, nomeadamente bairros de lata e desalojados de todo o país e é um programa pioneiro não por se dirigir a esses destinatários porque o Estado Novo tinha feito muita habitação para famílias pobres, mas porque tinha um paradigma diferente. Que era o tal paradigma democrático, participativo, em que os próprios moradores têm uma palavra a dizer e que a solução é necessariamente erradicar os bairros de lata todos e pô-los nos bairros alguns criados para eles sem que eles tivessem nada a ver com isso. Portanto, este programa foi bastante importante e ele acabou por durar pouco tempo, mas deixou uma marca muito forte.

Entretanto, a nível da europa dos países ocidentais, depois de ter havido no pós-guerra um grande impacto das políticas de habitação dirigidas a toda a gente porque a europa ficou destruída, houve uma construção em massa de bairros sociais, bairros cooperativos. Tivemos à beira da banca rota também nessa altura os juros começaram a cair loucamente. Então qual foi a política pública lançada nessa altura? Por um lado, influenciada por estas ideias que a habitação é um problema de cada família e não um problema de Estado. Por outro lado, porque as taxas de juro tinham aumentado e a política que é lançada é uma política de incentivo à compra de casa própria. Com juros bonificados! As pessoas podem não se lembrar do que isto era, mas na altura os taxados de juros chegava

a ter dois dígitos; chegava a pagar-se juros de 20%-21% - era impossível. E, portanto, a política da casa própria só foi possível em Portugal, o incentivo à casa própria, porque o Estado financiou bastante os juros bonificados no empréstimo à habitação. E descomprometeu-se da responsabilidade de fazer habitação pública. Isto ainda tem resultados visíveis hoje; se for ver a estratégia de habitação definida nos últimos tempos no governo de Passos Coelho, há lá um levantamento de tudo o que foram despesas públicas de habitação. Desde 1987 a 2011, e a percentagem destes anos todos de verba do Orçamento de Estado dedicada à habitação, mais de 70% foi para pagar juros bonificados anos. O orçamento do ano passado, 2020, a verba dos juros bonificados é superior à verba do programa de habitação jovem- porta 65 jovem. Porque é que isto ainda é assim? Porque estes contratos de aquisição de habitação são contratos de 30 ou 40 anos, e, portanto, quando o Estado bonifica, fica estagnado com passivo dessa política de incentivo à casa própria.

Há uma outra política que também tem um certo intermédio nos anos 80, e essa teve alguns resultados, mas depois também foi parada - foi ao apoio às cooperativas. Até um movimento cooperativo muito forte em Portugal nos anos 80, bastante apoiado pelos municípios com terrenos e apoios facilitados também a nível financeiro. Acontece é que a maior parte dessas cooperativas, são corporativas de casa própria também. E portanto, o processo cooperativo foi um processo lançado para construir a casa mas uma vez que acaba o processo a casa fica na posse do socio e a partir daí entra no mercado normal como se fosse uma casa própria. Algumas dessas casas já foram vendidas com grande vantagem por quem as fez com condições muito facilitadas porque era uma corporativa. Ou seja, as corporativas não mantem a propriedade das casas, as casas passam para os cooperantes e, portanto, deixa de ser cooperativo o processo e deixou de ter impacto por esta razão e por outras dificuldades criadas do ponto de vista financeiro às próprias cooperativas. E depois disso não aconteceu nada. Alguns municípios tiveram programas, alguns municípios continuaram a gerir os bairros que já tinham; tudo o que se faz desde essa altura até 1993 é basicamente ajustamentos no instrumento de regulação da habitação muito importante que é a lei das rendas.

Acontece que a seguir do 25 de abril se voltou a congelar rendas não só Lisboa e Porto mas no país todo. Na altura as pessoas ficaram muito aliviadas e muito contentes, mas o facto de ter rendas congeladas e depois não ter havido capacidade política para o descongelamento gradual faz com o que praticamente até aos anos 90 continuássemos com o mercado congelado. O que é que começou a acontecer? As rendas estavam congeladas e quem tivesse casas novas podia pedir um novo preço no mercado e começam a ter o arrendamento a 2 tempos. Um de rendas antigas, a cair, porque não havia dinheiro para arranjar as casas e um de rendas novas que eram altíssimas porque não se sabia depois quando é que se podia atualizar.

Esta disfuncionalidade começou ao longo dos anos 80 e depois vai-se tentar resolver a partir dos anos 90, manteve-se praticamente até 2006. Em 2006 é que veio a primeira lei que tenta de certa maneira corrigir isto - o primeiro NRAU (Novo Regime de Arrendamento Urbano). Em 1990 foi saído o NRAU que estabeleceu uma solução de compromisso, mas mesmo assim não resolveu a questão de compromisso, mas mesmo assim não resolveu a questão de fundo e depois em 2006 vem o NRAU- na altura no governo do PS. E depois

em 2012 vem uma alteração profunda do NRAU com origem na ministra Assunção Cristas, muitas vezes conhecida como lei Cristas que essa então faz o contrário: o pendulo andou todo para o lado dos inquilinos por décadas e de repente vem a lei e vira ao contrário e o pendulo anda todo para o lado dos senhorios. Estas oscilações não resolvem as questões de fundo e criam uma insegurança muito grande para todas as partes. Quando o pendulo está para o lado dos inquilinos, a insegurança é dos senhorios; quando o pendulo está do lado dos senhorios, a insegurança é dos inquilinos. Isto foi complicado.

Isto é rendas - regulação de mercado. Promoção própria- o que aconteceu neste período todo? Em 1993, é cancelado o programa especial de realojamento para acabar com as barracas nas áreas metropolitanas Lisboa e Porto. Foi na altura do governo de Cavaco Silva, pressionado pelo PR Mário Soares. Eu também tive metida nessa pressão porque andávamos a criar factos políticos de criar circunstâncias que mostrassem que as televisões fossem revelar como é que as pessoas viviam e andou o dr. Mário Soares aí nos bairros pobres à volta de Lisboa a mostrar a realidade habitacional e a pressão tornou-se tão grande que na verdade o governo de que não queria fazer, acabou por ter de lançar esse PER. Mas foi um programa muito importante. É um programa baseado em subvenção em fundo perdido; uma boa parte é dinheiro a fundo perdido, outra parte é dinheiro que as próprias autárquicas podiam pedir emprestado às banca mas em condições favoráveis, que podia ser amortizado em muitos anos, e permitiu só na cidade de Lisboa mais de 17 mil fogos, em pouco menos de 10 anos – o que é uma brutalidade. O PER foi um puxão grande de promoção pública direta.

O que é que aconteceu? Acautelou-se as casas, mas não se acautelou o resto. Ou seja, não basta fazer as casas. É preciso que elas sejam bem geridas. Que haja uma manutenção correta e que as pessoas participem nos processos de gestão das casas públicas. As pessoas não podem lá ser postas à força. Houve muita gente que foi realojada que não queria. Outros foram realojados naquela perspetiva “tenho uma casa nova, isto vai resolver a minha vida” – não vai. Porque a pobreza não é só a casa. É os rendimentos, se for morar para mais longe vai perder tempo, vai perder a sua capacidade própria dos seus recursos e tudo isto afeta os resultados dessa política. Seja como for, essa política (1987/2011) representou 14% do dinheiro público e era só Lisboa e Porto. É relevante.

O que temos mais de políticas públicas? Na parte da regulação, foi só a lei das rendas. Há uma tentativa de regulação com a legislação sobre as AUGIs (Áreas Urbanas de Génese Ilegal) que foi uma resposta que a população, que estava à espera de ter casa, acabou por encontrar porque não encontrava casa de outra maneira. Temos ainda uma quantidade grande desta situação por resolver, sobretudo nas áreas urbanas. De momento, apenas 30% das AUGIs se conseguem regularizar; as restantes não se conseguem regularizar. E o que é que vai ser feito com essas pessoas? Nessas zonas vivem milhares de pessoas que construíram as casas às suas custas. E como é? Temos que olhar para isto como uma espécie de urbanismo informal com o qual temos que saber lidar porque finalmente todas as nossas cidades nasceram dele. Não havia regras urbanísticas se não muito recentemente. Toda a cultura urbana europeia nasceu do urbanismo informal. Apenas no século XVIII se começa a regular o urbanismo formal. Antes disso podia haver umas regras – feitas pelos arruadores – que definiam a linha de onde passava a estrada, mas não havia o que temos hoje como o

Regulamento Geral das Edificações Urbanas (REGEU), 1953.

Na parte fiscal, a tradição é não cruzar a política fiscal com a política de habitação. E, portanto, tomam-se medidas que nada tem a ver com a política de habitação. Portanto toda a questão de IMI, do IVA na construção, do IVA na reabilitação, que é importante na casa própria como na arrendada, muitas vezes é feito ano a ano, sem cruzar com as políticas de habitação e criando grandes contradições. Por exemplo, o IMI é pago em função com o estado de conservação da casa. Chegou a haver política em que se a pessoa fizesse a reabilitação, o estado de conservação ficava melhor, pagava mais. Temos outras situações mais atuais, bastantes chocantes. Porque é que há tantos benefícios para os Golden Visa, tantas isenções para pessoas que vêm para cá com muito dinheiro comprar o nosso imobiliário.

Como é que podemos concetualizar isto para ligar tudo? Isto depois aparece na lei de bases da habitação, uma peça que podemos juntar ao sistema de regulação – uma lei de bases aprovada em 2019. As outras leis de bases existem desde os anos 80 e apenas recentemente foi resolvida a questão da habitação uma vez que a crise na habitação é grande atualmente.

A globalização dá se uma mudança de paradigma. Por duas razões muito importantes: os fundos imobiliários deixaram de ser à escala nacional – passaram a ser fundos imobiliários internacionais. Depois, a política de taxas de juro começou a baixar, quer a nível europeu, quer a nível americano – quanto mais baixas as taxas de juro, mais interesse têm os investidores de pôr o dinheiro no imobiliário. Em inglês tem um nome muito engraçado – Real Estate... Isso quer dizer alguma coisa.

Com a mudança de paradigma, a dimensão de escala do mercado imobiliário muda radicalmente com a globalização financeira. Para um país pequenino como o nosso – que é também de atração turística – isto foi a tempestade perfeita. De repente, para o nosso imobiliário, investidores interessados em compra de casas baratas – aos parâmetros deles – e ficam à frente dos nacionais que não têm poder de compra. Atrai também turistas com as políticas dos Golden Visa. A juntar o alojamento local – outra novidade – que começa por ser uma solução colaborativa de eliminar os intermediários e fazer circular no mercado diretamente entre procura e oferta, que se transforma num grande negócio. Assim, chegamos a um ponto em que isto estava completamente desorganizado e disfuncional. Assim saí a lei de bases da habitação, e o parlamento concordo, onde se define o que é a política pública e o que deve ser, quais as componentes fundamentais e quais as obrigações do Estado.

O que é importante na lei de bases? Muita coisa. Imagine-se, a lei de bases cria uma mala de ferramentas para as políticas públicas de habitação. Só há quatro tipos de instrumento. O primeiro, a promoção pública – construir casas diretamente pela entidade pública. O segundo é a fiscalidade. O terceiro são os incentivos financeiros ao arrendamento. O quarto, não tem custos diretos e não aparece no orçamento de Estado, é a regulação. São regras, normais e leis de como tudo funciona.

Quais as ações que levaram a desenhar o seu percurso?

O principal foi antes do 25 de abril quando comecei a intervir politicamente. Acabar com a ditadura e com a guerra em nome da liberdade. Mas também acabar com as injustiças

e com a desigualdade. Nós víamos aqui a situação habitacional das barracas de Lisboa – mesmo para mim uma estudante de arquitetura era visível. EM 1967 dá-se as cheias de Lisboa. Numa noite, choveu tanto, que morreram 500 pessoas. Onde é que essas pessoas morreram? Em sítios onde havia casas clandestinas e casas pobres. Morreram especificamente onde estava a pobreza. E como estudantes universitários, aquilo foi uma chamada de atenção. A censura não deixava contar esta história. Via se passar os carros funerários e os jornais estavam proibidos de dar o número de mortos – quando chegou aos 200 houve ordens para parar. Isto foi um choque para muita gente. Muitos dos políticos hoje em dia com a minha idade foram para esse ramo por causa das chuvas – estou a falar do Dr. Guterres, do Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, eu própria e muitos outros. Foi o primeiro choque que tiveram das desigualdades.

Fiz o curso de arquitetura e envolvi-me na construção da democracia. Fui deputada, fui presidente da câmara de Cascais e sempre com a preocupação de contribuir com a questão da habitação. E agora só quase aos 70 anos é que tive a oportunidade de poder fazer a lei de bases – depois de várias experiências.

Sobre o bairro das Palmeiras. Há a proposta de expropriar ou de alojar as pessoas no bairro. O que acha disto?

Isso é um desafio muito interessante. O mais importante nos bairros é a mistura. Se assim não fosse, teríamos guetos e não bairros. É fundamental a mistura cultural, económica, social quer até geracional. Os bairros são como as pessoas – têm um tempo de vida e morte. Há uns que resistem muito bem e que duram muitos anos. E há outros que colapsam porque não conseguiram essa mistura e esse equilíbrio. Ou então desaparecem porque aparece uma pressão imobiliária brutal. Temos casos desses em Lisboa. O bairro do Arco do Cego, é um bairro da primeira república – um bairro social, que foi integrado na cidade. Pode ter a ver com a solução construtiva, mas também com a interação da população, como se relaciona no bairro. Se o bairro for público, se há algum poder de decisão nos moradores. Se há espaços comuns, se há relações de vizinhança, etc. tudo isso é a vida do bairro.

Há agora propostas que reservam parte dos fogos a rendas acessíveis. Acha que essa política funciona?

Sim, sim. Isso funciona e está definido na lei de bases. É preciso que os municípios estipulem e designem as áreas, mas já está previsto na lei. É preciso implantar essa regra nas edificações – nos edifícios novos e reabilitações. Isso está a ser defendido em muitas cidades da Europa e em Portugal já é possível também.

Declaração de Compromisso da Arquiteta Helena Roseta

iscte

Lab

TUR ARQ - E3
2020/2021

Laboratório de Ensaio de Metodologias
de Intervenção na Cidade Existente

Mestrado Integrado em Arquitetura
Projeto Final de Arquitetura, 5º ano

Declaração de compromisso

Eu, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, declaro para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada vontade, o tratamento da respetiva informação e os dados pessoais, inerentemente a esta associados, resultantes da entrevista realizada no dia 6/11/2020 pela Inês Maria Bernardino dos Santos Bispo, para a investigação no âmbito do Projeto Final de Arquitetura, 5ºano do Mestrado Integrado em Arquitetura, apenas para os fins anteriormente indicados e durante o período estritamente necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Lisboa, 6 de Novembro de 2020

Assinatura

Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta

ANEXO G | Inquérito aos inquilinos



Um Bairro Para Todos: A Nova Vila Operária | Inês Bispo
Projeto Final de Mestrado para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

Visita Guiada | __/__/__

Sexo: _____ Idade: _____ Ocupação: _____ Agregado familiar: _____

Há quanto tempo vive no bairro?

Quantas pessoas vivem consigo?

Quantas divisões tem a sua casa?

É proprietário ou inquilino?

Se inquilino, qual o regime de arrendamento (social ou privado)?

Qual o valor da renda?

Se pudesse, ia morar para fora do Bairro?

Gostava de ter pessoas novas a morar aqui?

O que faz falta no bairro? Serviços, Espaço público, Habitação, etc

UM BAIRRO PARA TODOS

Habitação inclusiva e a sustentabilidade social

